

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS ARARANGUÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIAS E SAÚDE (CTS)
CURSO TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)

Iédi Luzia Schefer Hahn

Araranguá

2021

Iédi Luzia Schefer Hahn

**DESAFIOS QUE OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ENCONTRAM
PARA REALIZAR A FORMAÇÃO CONTINUADA *ONLINE* DURANTE A
PANDEMIA COVID-19**

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação do Centro de Ciência, Tecnologias e Saúde da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharelada em Tecnologias da Informação e Comunicação.
Orientadora: Prof^a. Patricia Jantsch Fiuza, Dr^a.

Araranguá

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schefer Hahn, Iédi Luzia

Desafios que os professores da educação infantil encontram para realizar a formação continuada online durante a pandemia covid-19 / Iédi Luzia Schefer Hahn ; orientador, Patricia Jantsch Fiuza, 2021.

63 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá, Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação, Araranguá, 2021.

Inclui referências.

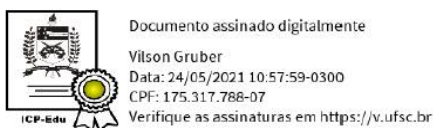
1. Tecnologias da Informação e Comunicação. 2. Formação Continuada. 3. Ensino Infantil. I. Jantsch Fiuza, Patricia. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação. III. Título.

Iédi Luzia Schefer Hahn

**DESAFIOS QUE OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ENCONTRAM
PARA REALIZAR A FORMAÇÃO CONTINUADA *ONLINE* DURANTE A
PANDEMIA COVID-19**

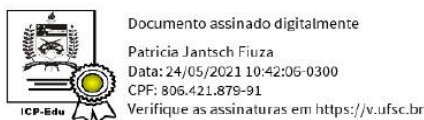
Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharelado em Tecnologias da Informação e Comunicação e aprovado em sua forma final pelo Curso Tecnologias da Informação e Comunicação.

Araranguá, 19 de maio de 2021.

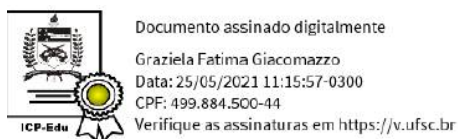


Prof. Wilson Gruber, Dr.
Coordenador do Curso

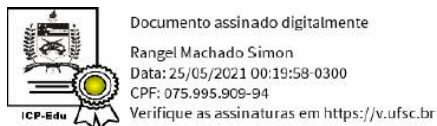
Banca Examinadora:



Prof. (a) Patricia Jantsch Fiuza, Dr. (a)
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. (a) Graziela Fatima Giacomazzo, Dr. (a)
Avaliadora
Universidade do Extremo Sul Catarinense



Prof. Rangel Machado Simon, Me.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado à minha família, pessoas especiais e necessárias em minha vida.

E a todos que atuam na linha de frente em combate ao coronavírus, aos professores, que continuam a exercer bravamente a sua profissão mesmo em meio a insegurança e o medo que está pandemia proporciona.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui é uma grande vitória e quero agradecer aqueles que foram essenciais nesta jornada.

A Deus, por me conceder saúde.

Aos meus pais, Edyr Teixeira Scherer e Adir Matos Schefer que sempre me apoiaram concedendo-me educação para vida. Aos meus irmãos, Alcebíades da Rosa Schefer, Édna da Rosa Schefer e Jadna Aparecida Schefer, pelos incentivos que não me fizeram desistir.

Ao meu marido, Alexandre Elias Hahn, pelo carinho, ajuda, compreensão, amizade e incentivo em toda minha trajetória acadêmica.

A minha prezada e querida orientadora Prof.^a Patricia Jantsch Fiuza, pela dedicação, compreensão e amizade. Agradeço também os demais membros do corpo docente do curso.

A Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma – AFASC, por possibilitar e aceitar a realização desta pesquisa com os membros docentes dessa respeitosa instituição.

A minha querida amiga Carla Vasconcelos, professora e orientadora da AFASC, pelo acolhimento e oportunidade de trabalhar com estes professores, muito obrigada pelo incentivo, a sua ajuda e disponibilidade foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa.

E meu muito obrigada a todos, que fizeram parte e me ajudaram a seguir essa trajetória, a todos que prontamente responderam à pesquisa, sou grata a cada um de vocês.

RESUMO

Este estudo buscou conhecer a realidade do trabalho dos docentes do ensino infantil na Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma SC – AFASC. Para isso, optou-se por uma pesquisa qualitativa, fazendo uma pesquisa de campo através de um formulário digital. Foram coletadas 333 amostras, sendo a grande maioria de professores, seguido por 7 estagiários e 4 diretores. As observações, bem como as entrevistas foram baseadas nos seguintes cenários - características da amostra: gênero, idade, tempo que leciona; formação docente: formação inicial, graduação e experiência em curso *online*; BNCC: conhecimento e a sua aplicação; e por fim, sentimentos: educação mediada por tecnologia e a Pandemia COVID-19. Foram constatadas variações entre idades e tempo de serviço, contudo, há constância entre a realização de cursos *online* e o interesse na sua laboração, em especial sobre a nova BNCC. A maioria se diz disponível para realizar uma formação continuada *online*, apesar das dificuldades existentes.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação Continuada. BNCC.

ABSTRACT

This study sought to understand the reality of the work of teachers in early childhood education at the Women's Association of Social Assistance in Criciúma - AFASC. For this, it was opted for a qualitative research, doing a field research through a digital form. 333 samples were collected, the vast majority of which were teachers, followed by 7 interns and 4 directors. The observations, as well as the interviews were based on the following scenarios - sample characteristics: gender, age, teaching time; teacher training initial training, graduation and experience in online course; BNCC: knowledge and its application; and finally, feelings: technology-mediated education and the COVID-19 Pandemic. Variations were found between ages and length of service, however, there is consistency between taking online courses and being interested in their work, especially about the new BNCC. Most say they are available to carry out continuing training online, despite the existing difficulties.

Keywords: Early Childhood Education. Continuing Education. BNCC.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Gráfico gênero.....	33
Figura 2: Gráfico idade.....	33
Figura 3: Gráfico tempo que leciona.....	34
Figura 4: Gráfico formação inicial.....	34
Figura 5: Gráfico formação pedagogia.....	35
Figura 6: Gráfico tipo de formação.....	35
Figura 7: Gráfico curso <i>online</i>	36
Figura 8: Gráfico experiência com curso online.....	36
Figura 9: Gráfico conhecimento BNCC.....	37
Figura 10: Gráfico curso BNCC.....	37
Figura 11: Gráfico BNCC sobre a educação infantil.....	38
Figura 12: Gráfico faixa que leciona.....	38
Figura 13: Gráfico aplicação da BNCC nas escolas.....	39
Figura 14: Gráfico disponibilidade para formação continuada <i>online</i>	39
Figura 15: Gráfico conhecimento das DCNs do Município de Criciúma.....	40
Figura 16: Gráfico utilização de tecnologias em sala de aula.....	41
Figura 17: Gráfico utilização de computador e <i>tablets</i> em sala de aula.....	42
Figura 18: Gráfico capacitação para lecionar utilizando as TIC.....	42
Figura 19: Gráfico apoio com as TIC em sala de aula.....	43
Figura 20: Gráfico em relação a pandemia.....	44
Figura 21: Gráfico volta das aulas presenciais.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AFASC	Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma
BNC	Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAE	Conferência Nacional pela Educação
COVID-19	<i>Coronavirus Disease</i> (Doença do Coronavírus) “19” refere-se ao ano 2019
DEI	Departamento de Educação Infantil
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FNE	Fórum Nacional de Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAR	Plano de Ações Articuladas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	TEMA DO PROJETO	15
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA.....	16
1.2.1	Objetivo Geral	16
1.2.2	Objetivos Específicos	16
2	EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA	17
2.1	CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	19
2.1.1	Legislação Vigente	22
2.1.2	Documentos Norteadores da Educação Infantil	26
2.1.2.1	<i>LDB - Lei Diretrizes e Bases.....</i>	26
2.1.2.2	<i>PCN'S - Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.....</i>	26
2.1.2.3	<i>RCNEI - Referencial curricular nacional para a educação infantil.....</i>	27
2.1.2.4	<i>BNCC - Base Nacional Comum Curricular.....</i>	28
2.2	FORMAÇÃO CONTINUADA.....	29
3	METODOLOGIA	31
3.1	DELINEAMENTO DO ESTUDO	31
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	32
3.3	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	32
3.3.1	Características da Amostra (gênero, idade, tempo que leciona).....	33
3.3.2	Formação Docente (formação inicial, graduação e experiência <i>online</i>).....	34
3.3.3	BNCC (conhecimento e a sua aplicação).....	37
3.3.4	Sentimentos (educação mediada por tecnologia e a pandemia COVID-19) ..	40
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	46
5	CONCLUSÃO.....	49
	REFERÊNCIAS.....	51

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	56
APÊNDICE B – Questionário	58

1 INTRODUÇÃO

A pandemia do novo coronavírus, a COVID-19, vem ocasionando grandes transtornos na vida diária de toda população. Desde março de 2020, vários estudantes deixaram de frequentar aulas presenciais em todo território brasileiro. O fechamento das escolas trouxe à tona diversas questões, assim como a preocupação para a criação de novas estratégias para dar continuidade ao ano letivo (GRANDISOLI; JACOBI; MARCHINI, 2020). Algumas medidas foram tomadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que valida o ensino remoto como apoio à continuidade do aprendizado e finalização do ano letivo. Tais medidas foram estabelecidas e homologadas pelo Ministério da Educação (MEC) em 1º de junho de 2020.

Inúmeras redes de ensino no Brasil precisaram suspender as aulas em combate à Covid-19. O *Webinário*¹ “A Educação frente à Pandemia” abordou temas relevantes sobre os desafios advindos desse cenário de pandemia, trouxe discussões sobre como garantir que os alunos continuem estudando e a regulamentação de horas letivas.

Para Helena Guimarães de Castro², o ensino remoto é necessário e indispensável neste atual momento, e esclarece que o ensino remoto significa um conjunto de atividades de ensino-aprendizagem diversificadas que podem incluir desde vídeo-aulas ou ensino *online*, como também atividades impressas enviadas aos alunos (*WEBINÁRIO*, 2020).

Tudo isso provoca uma grande mudança na rotina dos docentes, alguns destes que já tinham receio, até mesmo resistência ao uso de novas tecnologias agora se encontram num modelo de educação mediada totalmente por esse meio. Essa medida provoca dúvidas em como dar continuidade às atividades do ensino infantil.

Inicialmente, é importante destacar que no Brasil existe uma lei que regulamenta todo o sistema de educação do país, é chamada lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (lei n. 9.934, de dezembro de 1996), esta lei trata dos processos de aprendizagem e que devem estar em consonância com a família, trabalho e toda a sociedade. O seu art. 2 trata dos princípios e finalidades que regem a educação, sendo o dever da família e do Estado, e é inspirada “[...]nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por

¹ Evento virtual realizado no dia 4 (quatro) de abril de 2020, organizado pelo Todos Pela Educação juntamente com o Banco Mundial e o Conselho Nacional de Educação (CNE), também contou com a participação de representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Cnsed).

² Conselheira do CNE e participante do *webinário*.

finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação no trabalho” (BRASIL, 2005, p. 7). Essa regulamentação divide a educação brasileira em duas categorias, que são a Educação Básica e o Ensino Superior. Faz parte da educação básica:

- Educação infantil que são creches (de 0 a 3 anos) e pré-escolas (de 4 e 5 anos) sendo gratuita, mas não obrigatória, e de competência dos municípios.
- Ensino fundamental que envolve o 1º ao 5º ano e do 6º ao 9º ano, é obrigatório e gratuito.
- Ensino médio abrange o 1º ao 3º ano e pode ser técnico profissionalizante, ou não.

Já a categoria Ensino Superior, é de competência da União, mas Estados e Municípios também podem ofertar, desde que já tenham estejam de acordo com as normas. Ainda falando em educação, vale mencionar outras modalidades existentes na educação brasileira, tais como: Educação Especial, Educação a Distância, Educação Profissional e Tecnológica, Educação de Jovens e Adultos, e a Educação Indígena (NOVO, 2019).

Após a breve descrição dos tipos de ensino e suas fases correspondentes, a presente pesquisa se direciona para o ensino infantil.

De acordo com BNCC:

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. (BNCC, p. 36).

A educação infantil se destaca como a primeira etapa da educação básica, nesta fase ocorre uma importante evolução, é onde crianças de até 5 (cinco) anos de idade desenvolvem os aspectos do desenvolvimento: físico, psicológico, intelectual e social. Logo, essa fase é de grande relevância a toda sociedade, pela sua influência na formação de novas gerações. Nesta fase, de formação de vida social da criança é importante evidenciar a postura, e o intelecto do educador, a sua capacitação e a formação continuada são fundamentais, pois, estes educadores contribuem para o desenvolvimento intelectual e para o potencial das crianças em sociedade (HOLZMEISTER, 2019).

As constantes mudança no cenário da educação, em especial na educação infantil, é um desafio a estes profissionais, e essas mudanças promovem grandes discussões a respeito “[...]das necessidades formativas específicas para o profissional que atua junto à criança pequena, desde a formação inicial oferecida em nível de graduação nos cursos de Pedagogia,

até a oferta de formação continuada como prática a ser garantida pelas redes de ensino” (CHIARE; RAUSCH, 2012).

Há uma demanda de profissionais que atuam na área da educação infantil com dificuldades em se atualizar, os diferentes formatos como palestras, seminários, são ofertados por meio da internet, no formato *online* e nem sempre este profissional tem acesso e o conhecimento necessário para poder realizar a sua formação. Desse modo, o uso adequado das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para a realização da sua formação continuada pode apresentar-se como uma barreira a ser superada pelos professores (SCHUHMACHER; ALVES FILHO; SCHUHMACHER, 2017).

Este trabalho de pesquisa é voltado aos profissionais do Ensino Infantil que precisam de uma formação continuada e que demandam de recursos e conhecimento tecnológicos para tal.

1.1 TEMA DO PROJETO

De acordo com Alejandra Behar *et al.* (2019), as tecnologias digitais se fazem presente a todo momento, e no contexto educacional não poderia ser diferente, ela é necessária para que se possa continuar caminhando sincronicamente em sociedade, está presente no trabalho, no entretenimento, e também no âmbito escolar. E a sua utilização deve iniciar já nos anos iniciais, onde “o aluno possui familiaridade com as tecnologias, entretanto, nem sempre sua utilização é voltada à aprendizagem” (ALEJANDRA BEHAR *et al.* 2019, p. 508). Para os autores, a capacidade de desenvolver as competências digitais logo no início do ensino se faz necessária, afinal, nessa idade as crianças já se sentem motivadas com o uso das TIC.

Mas, em relação ao educador? O seu uso proporciona novas descobertas, e também novas exigências ao trabalho do docente. São esperados do professor que ele entenda as possibilidades que a tecnologia pode proporcionar, que ele saiba utilizar de ferramentas educacionais, especialmente neste momento de pandemia. E, a sua capacitação, sua preparação para tudo isso, é aplicada por meio da tecnologia, a prática da formação continuada tem de ser de forma *online*. Mas, será que todo professor, em especial ao da Educação Infantil possui esse conhecimento e habilidade nessa área, para uma formação continuada *online*? Para os autores Mathias *et al.* (2011), somente a disponibilização das

tecnologias não garante que o professor usará e qualificará os processos de ensino aprendizagem.

No contexto educacional, torna-se necessária a criação de práticas e capacitações, para romper certas limitações aos educadores, (SANTOS; MACHADO, 2019). A educação infantil no Brasil vem mudando constantemente. Recentemente, a mudança mais significativa foi a inserção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para educação infantil nos documentos norteadores da primeira etapa da educação básica. Com tantas mudanças e exigências atribuídas ao corpo docente, como cumprimento de normas, avaliações e capacitações na área educacional, às vezes pode ser difícil e até mesmo complexo para estes professores acompanharem todas estas transformações, ainda mais quando o educando não possui um conhecimento ou simplesmente não dispõem de meio de conectividade para a possibilidade de uma formação *online*.

Dessa forma, esta pesquisa parte do seguinte problema, quais os desafios que os professores da educação infantil encontram para realizar a formação continuada *online* durante a pandemia covid-19. E assim, elucidar uma realidade desses professores da educação infantil sua trajetória de formação e em relação as vinculações com as tecnologias, com sua formação inicial e continuada.

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Nas seções abaixo estão descritos o objetivo geral e os objetivos específicos deste TCC.

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo dessa pesquisa é identificar os desafios que os professores da educação infantil encontram para realizar formação continuada *online*.

1.2.2 Objetivos Específicos

As especificidades que guiarão o alcance do objetivo geral referenciado são relacionadas a seguir:

- Identificar as situações enfrentadas pelos professores de educação infantil para realizarem formações continuadas *online*;
- Verificar as condições para que os educadores do ensino infantil possam fazer a formação continuada;
- Investigar as percepções dos professores do ensino infantil em relação a utilização de tecnologia e a pandemia COVID-19;

2 EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA

Para Prensky (2001), a educação e a tecnologia devem trabalhar em conjunto. O escritor dialoga que os alunos de hoje, são muito diferentes de um tempo atrás. Não são só mudanças de comportamento, no seu modo de vestir, de falar, há fortes modificações das gerações passadas. A expressão "nativos digitais", surgiu em 2001, criada por Marc Prensky, em seu artigo; ele usou o termo para se referir a pessoas nascidas após o ano de 1980, cuja influência digital vai do maternal até a faculdade. Os nativos digitais são rodeados pelas tecnologias digitais, ela está presente em todo momento a sua vivência, são íntimos dela. Para o autor, "nossos estudantes de hoje são todos "falantes nativos" da linguagem digital dos computadores, vídeo games e internet" (p. 1).

Prensky (2001), aponta que a construção do conhecimento para os nativos digitais se dá mais aceleradamente, eles estão acostumados a receber muitas informações. Gostam de processar mais de uma coisa por vez, são multitarefas, possuem muito mais familiaridade com a ação de clicar, ao pesquisar em um livro impresso. Estão bem acostumados com as tecnologias, utilizam seus aparelhos telefônicos para ouvir músicas, ler e pesquisam na internet sobre qualquer assunto.

Mas, e os professores que não são dessa geração, os nascidos antes de 1980? Eles não possuem essas mesmas habilidades, não possuem essa mesma vivência com as tecnologias digitais. Para Marc Prensky, essa geração é chamada de "imigrantes digitais". Os imigrantes digitais, por sua vez, encontram grandes dificuldades em lidar com o nativo digital. Estes educadores não podem esperar que os mesmos recursos que utilizaram com eles quando eram estudantes vigorarão com seus alunos de agora. Os professores de hoje têm que compreender a língua dos nativos digitais, mas isso não impede que não possa se comunicar na linguagem convencional (PRENSKY, 2001).

Nas palavras de Prensky (2001, p. 4) “[...] isto não significa mudar o significado do que é importante, ou das boas habilidades de pensamento. Mas isso significa ir mais rápido, menos passo-a-passo, mais em paralelo, com mais acesso aleatório, entre outras coisas”. Criação de jogos, simulações são alguns exemplos de metodologias eficazes com estes novos alunos. Para isso é preciso despertar o interesse e a curiosidades destes educadores imigrantes digitais.

Dentre as nomenclaturas já citada, como nativos digitais e imigrantes digitais, atualmente, podem ser identificadas mais 5 (cinco) formas de nomear as gerações. Fiuza (2016), destaca também que vários autores têm se debruçado no estudo das gerações, desde que Prensky, em 2001 cunhou o termo “nativos digitais”. A autora destaca Oblingler, que em 2003, trouxe o termo *millenialls*, Moura em 2008 com o termo geração móvel e Venn e Vrakking em 2009 que trazem o conceito de *homo zappiens*. Os autores Fantin, Silva (2016, 2018 *apud* ALEJANDRA BEHAR *et al.* 2019, p. 2) descrevem: “Geração Y, Geração *Touchscreen*, Nativos Digitais, *Screen Generation*, *Google Generation* e *iGen*“. Nesta linha de pensamento Alejandra Behar *et al.* (2019), corroboram que os alunos se relacionam muito bem com as tecnologias digitais, se sentem íntimos, muitos convivem com ela desde muito pequenos o que justifica tais terminologias, os educadores por vez, tem a missão de acompanhar esse misto de gerações. Já Fiuza (2016), ressalta que essas diferentes gerações se relacionam de novas formas com as tecnologias e isso inclui os processos sociais, educacionais, econômicos, entre outros. Para a autora, somente a escola parece não perceber esse contexto, mantendo métodos educacionais que nem sempre funcionam no contexto da cibercultura³.

Para Dante (2004), as discussões a respeito da utilização das TIC nos processos educacionais, não devem se sobrepôr sobre as necessidades de capacitação do docente. O autor defende a mudança em instituições formadoras de docentes, no sentido de potencializar o desenvolvimento destes profissionais em relação as novas tecnologias. Sem uma adequada formação, capacitação deste grupo de professorados, não há como atender e suprir a estes novos alunos. Ainda para o mesmo autor “[...] é imprescindível trazer para dentro da organização escolar uma profunda reflexão sobre essa problemática, já que atualmente essas tecnologias são utilizadas sem uma maior preocupação com suas verdadeiras possibilidades pedagógicas...” (p. 8).

³ O desenvolvimento da cibercultura, ou cultura da Internet, se dá com o surgimento da microinformática nos anos 70, com a convergência tecnológica e o estabelecimento do PC (WIKIPÉDIA).

Nesta perspectiva, Souza (2017) argumenta “[...] é inconcebível que as profissões ou que as futuras profissões sejam desempenhadas sem o auxílio de uma tecnologia”. Evidentemente, as TIC estão presentes e fazem parte da vida do cotidiano de toda a sociedade, em especial no âmbito escolar no qual o contato com esse meio se inicia cada dia mais cedo. O autor aponta que a inadequação de instruções tecnológicas desde os primeiros anos da vida escolar pode contribuir para um aumento do analfabetismo digital.

Ainda de acordo com Dante (2004), é essencial ter um olhar crítico das TIC nos processos educativos, seja para novas possibilidades pedagógicas, ou para limitações e riscos associados a seu uso. As discussões em relação as possibilidades à sua utilização nos processos educacionais estão em alta, ainda mais nesse momento, neste período de pandemia. Do outro lado, no sentido de limitações, há uma grande necessidade de capacitação docente nesse campo. Em relação aos riscos que elas podem apresentar, é ainda mais preocupante “[...] quando essa falta de compreensão ocorre no campo educativo, responsável pela formação dos cidadãos para uma profissão e para a participação social, política e cultural, para o lazer e o ócio, enfim para a cidadania” (DANTE, 2004, p. 9).

Há necessidade de formar e orientar educadores com as novas possibilidades no mundo das TIC na educação, e em especial, capacitá-los com as novas normas que a regem, assim como as tecnologias, que sofrem constantes atualizações.

2.1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No Brasil, a Constituição de 1988 resguarda o reconhecimento da educação infantil como direito da criança e da família, e o estado tem a obrigação de proteger a família e garantir o direito à convivência familiar e comunitária. Esta constituição traz os princípios da educação nacional e são pautadas em oito fundamentos, conforme o art. 206 da Carta Magna:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII – Garantia de padrão de qualidade;

VIII –Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 2016, Art. 206).

No ano de 1990, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, popularmente chamado de ECA (Lei n.8.069, de 13 de julho de 1990) tornando-se crucial e sendo essencial para a ampliação do direito das crianças e dos adolescentes no país:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. O ECA incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para se concretizar o Artigo 227 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças e adolescentes (BRASIL, 2019, p. 9).

O ECA corrobora com a Constituição no amparo e modo de proteção da criança e adolescente, reafirmando a responsabilidade familiar, da sociedade e Estado, “considera crianças e adolescentes sujeitos de direitos e garantias fundamentais, em situação de absoluta prioridade, e anuncia a responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família, na garantia de uma infância e adolescência dignas, saudáveis e protegidas (CHILDHOOD BRASIL, 2016).

Para que se possa explorar mais sobre a temática é importante examinar alguns artigos deste estatuto. O art. 53 define que: “[...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2019, p. 43). Nesse sentido, tem por garantia o direito à igualdade de condições para acesso e permanência na escola, assim como ser respeitado por seus educadores, dando-lhes o direito de contestar, caso necessite, também pode participar de entidades estudantis e tem direito ao acesso à escola pública próxima a sua residência. O art. 54 estabelece que crianças de zero a cinco anos de idade, tenham direito ao atendimento em creches e pré-escolas.

Outra lei que versa sobre a educação no país é LDB, a qual também será aprofundada mais à frente. Mas, o seu destaque é essencial neste tópico, pois ela define normas importantes para a educação infantil. No ano de 1996, passa a vigorar a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN (lei n. 9.3941, de 20 de dezembro de 1996) ou, simplesmente, LDB. Ela é tida como a lei mais importante no que alude à educação brasileira, é também conhecida por Lei Darcy Ribeiro, nela estão contidos 92 artigos que dão ênfase a variados tópicos sobre a educação no Brasil. (FIRMINO, 2020).

Na educação infantil, a LDB define em seus artigos 29, 30 e 31, respectivamente que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A educação infantil será oferecida em:

I – Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – Pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, 2005, p. 17).

Além dos tópicos que definem e reestruturam a organização de ensino no país, vale realçar os artigos 61 a 67, eles versam sobre os profissionais de educação, e apontam os fundamentos e qualificações necessárias para este educador, elenca os seguintes princípios: “I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; II- aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades” (BRASIL, 2005, p. 26).

Em analogia à formação, o art. 62 evidencia:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 2005, p. 26).

O artigo 63 indica os institutos superiores de educação como apoiadores destes profissionais, oferecendo: “[...] cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental” (BRASIL, 2005, p. 26). Além de cursos, serão oferecidos programas de formação pedagógica para diplomados em educação superior que desejem se dedicar à educação básica, e, programas de educação continuada para docentes nos variados níveis. É importante destacar que profissionais que desejem atuar na educação básica, seja nas áreas de “[...] administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional seja feita em cursos de graduação em pedagogia ou em grau de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum curricular”

(BRASIL, 2005, p. 27). Vale destacar que para a formação na educação básica, são necessários a inclusão de práticas de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Tendo em vista as leis que regem a educação, em especial, a educação infantil, parte-se agora para um olhar direcionado ao profissional atuante desta área, o professor. Afinal, o que é um professor e o que o distingue de outros? O autor Roldão (2007), em sua pesquisa sobre o conhecimento profissional docente indica que não existe um consenso único, afinal, “[...] trata-se de uma construção histórica-social em permanente evolução” (ROLDÃO, 2007, p. 94). Para o autor “[...] torna-se saber profissional docente quando e se o professor o recria mediante um processo mobilizador e transformativo em cada ato pedagógico, contextual, prático e singular” (p. 101).

De acordo com Vygotsky (1998, *apud* FANTACHOLI, 2009), especificamente, em relação à educação infantil, a brincadeira é considerada essencial para construção do sujeito, ainda descreve como sendo uma maneira de expressão e adaptação do mundo e suas relações em sociedade. Entende-se que as vivências lúdicas na infância acontecem por meio de brincadeiras e experiências, e estas são caminhos eficazes para o processo de aprendizagem escolar.

Sendo assim, de acordo com os autores Pelosi e Rocha (2008, 2012 *apud* SANT’ANNA E MANZINI, 2018), o aperfeiçoamento da qualidade das brincadeiras apresentadas nas propostas pedagógicas devem executar estratégias específicas para que a aprendizagem ocorra.

De acordo com Sant’Anna e Manzini (2018) para que o brincar faça parte da rotina escolar da criança, é necessário que o professor esteja ciente de que, durante os momentos de brincadeiras, as crianças estão elaborando, criando e recriando aquilo que sabem e vivenciam em seu processo de aprendizagem. Ainda para os mesmos autores “[...] são necessárias orientações para mediar o brincar e para que se viabilizem projetos pedagógicos eficazes” (p. 40).

2.1.1 Legislação Vigente

Para compor este texto é de suma importância discorrer sobre o Ministério da Educação (MEC) - unidade da administração federal direta, possui autoridade máxima, atuante nas seguintes áreas:

- I - política nacional de educação;
- II - educação infantil;
- III - educação em geral, compreendendo ensino fundamental, ensino médio, ensino superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar;
- IV - avaliação, informação e pesquisa educacional;
- V - pesquisa e extensão universitária;
- VI - magistério; e
- VII - assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes (PORTAL MEC, 2018).

Em 1995, a intuição passa a ser responsável apenas pela área da educação. Um ano após, em 1996, chega a nova reforma na educação brasileira a LDB.

Em relação a primeira LDB, que surgiu no ano de 1961:

O sistema educacional brasileiro até 1960 era centralizado e o modelo era seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam mais autonomia, diminuindo a centralização do MEC (PORTAL MEC, 2018).

Já mencionado em tópicos anteriores, está nova LDB que trouxe mudanças muito importantes, uma delas é a inclusão e definição da educação infantil, envolvendo as creches e pré-escolas e a formação devida destes profissionais. (PORTAL MEC, 2018).

Neste mesmo ano, outras reestruturações importantes e que merecem destaque foram feitas. O MEC, cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEF) para atender ao ensino fundamental, que vigorou até 2006, sendo alterado pelo atual Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). “Agora, toda a educação básica, da creche ao ensino médio, passa a ser beneficiada com recursos federais. Um compromisso da União com a educação básica, que se estenderá até 2020” (PORTAL MEC, 2018). A este respeito o portal MEC, descreve que dessa forma busca promover ensino de qualidade. O FUNDEB, investe recursos e dá garantias para escolas, exclusivamente à educação infantil. Em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), nele, são apresentados princípios e programas de apoio à gestão escolar.

Sobre o PDE:

O PDE oferece uma concepção de educação alinhada aos objetivos constitucionalmente determinados à República Federativa do Brasil. Esse alinhamento exige a

construção da unidade dos sistemas educacionais como sistema nacional – o que pressupõe multiplicidade e não uniformidade. Em seguida, exige pensar etapas, modalidades e níveis educacionais não apenas na sua unidade, mas também a partir dos necessários enlaces da educação com a ordenação do território e com o desenvolvimento econômico e social, única forma de garantir a todos e a cada um o direito de aprender até onde o permitam suas aptidões e vontade (DA EDUCAÇÃO; HADDAD, 2008, p. 5).

O PDE trata de cinco eixos norteadores do ensino e visa melhorar a educação no Brasil, nele estão contidos as razões e princípios de cada um: educação básica, educação superior, educação profissional, alfabetização e diversidades. No segmento da educação básica, pode se especificar a formação de professores e a valorização destes profissionais como um dos principais pontos.

Nesse sentido, surge a Universidade Aberta do Brasil (UAB) para capacitar professores da educação básica que ainda não possuem graduação, formando docentes e propiciando formação continuada (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2018). Na UAB, “[...] estados e municípios, de um lado, e universidades públicas, de outro, estabelecem acordos de cooperação. Por meio deles, os entes federados mantêm polos de apoio presencial para acolher professores sem curso superior ou garantir formação continuada aos já graduados” (HADDAD, 2008, p. 9).

Já o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) concede “bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública” (PORTAL MEC, 2018).

Nessa mesma perspectiva (HADDAD, 2008, p. 10):

Oferece bolsas de iniciação à docência aos licenciandos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que se comprometam com o exercício do magistério na rede pública, uma vez graduados. As áreas prioritárias serão físicas, química, biologia e matemática, nas quais se nota a menor presença de professores em exercício com formação específica.

Ainda no que toca à educação básica, umas das alterações consideráveis foi o ensino obrigatório que passou de oito para nove anos, e também alteração na avaliação da educação básica. Diante disso, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), sendo como “um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante”

(GOV.BR/INEP, 2021). O SAEB é realizado desde 1990, de lá para cá, várias alterações foram feitas, e em 2019 a avaliação que antes contemplava apenas os ensinos fundamental e médio, passa a vigorar também na educação infantil (GOV.BR/INEP, 2021). Tornando-se um dos principais instrumentos de avaliação conjuntamente com a Prova Brasil - avaliação de rendimento das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, juntos estes dois sistemas formam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) desta forma:

O PDE partiu do diagnóstico de que a “indústria da aprovação automática” é tão perniciosa quanto a “indústria da repetência”. Dessa preocupação nasceu a ideia de combinar os resultados de desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados de rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar) num único indicador de qualidade: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) (HADDAD, 2008).

O PDE, de acordo com Haddad (2018, p. 14) no seu plano de metas e planejamento da gestão educacional traz os seguintes objetivos:

Estabelecer como foco a aprendizagem; alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade; acompanhar cada aluno da rede individualmente; combater a repetência, por estudos de recuperação ou progressão parcial; combater a evasão; ampliar a jornada; fortalecer a inclusão educacional das pessoas com deficiência; promover a educação infantil; instituir programa de formação e implantar plano de carreira, cargos e salários para os profissionais da educação; valorizar o mérito do trabalhador da educação; fixar regras claras, considerados mérito e desempenho, para nomeação e exoneração de diretor de escola; promover a gestão participativa na rede de ensino; fomentar e apoiar os conselhos escolares etc.

Surge então nesse segmento o Plano de Ações Articuladas (PAR), com o intuito de consolidar os objetivos e qualificar escolas ou redes de ensinos.

Sendo plurianual:

[...]com a participação dos gestores e educadores locais, baseados em diagnóstico de caráter participativo, elaborados a partir da utilização do Instrumento de Avaliação de Campo, que permite a análise compartilhada do sistema educacional em quatro dimensões: gestão educacional, formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos (HADDAD, 2018, p. 14).

Este estudo tem como foco a segunda dimensão do PAR que envolve formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar.

2.1.2 Documentos Norteadores da Educação Infantil

Para esta pesquisa é importante detalhar num modo geral, alguns dos documentos norteadores da educação infantil. Professores dessa área devem estar alinhados com tais normas e diretrizes pois, sua aplicação é obrigatória. Nessa pesquisa, a evidência maior será sobre a atualização da nova BNCC para educação infantil. Assim como a educação vai evoluindo, os documentos pertinentes a essa área também sofrem alterações.

2.1.2.1 LDB - Lei Diretrizes e Bases

Com dito anteriormente, a Constituição Federal é a norma de maior grau hierárquico a versar sobre a educação no Brasil. Mas, antes dela no ano 1961 é criado a Lei de Diretriz e Bases da Educação Nacional – LDB (lei 4.024/61), uma norma para tratar sobre a educação no Brasil dando início a legislação educacional no país. Essa lei passou por várias modificações, várias alterações, com objetivos e perspectivas diferentes, e foi então, que no ano de 1988 com o advento da Constituição Federal que se iniciam os desdobramentos para construção da nova LDB (lei 9.394/95). É criado o Conselho Nacional e Estadual de Educação e é por meio dele que surge a LDB (lei 9.394/96) que se tem até hoje, com a divisão em 2 (dois) níveis, o nível básico que engloba o fundamental e médio, o outro nível correspondente ao nível superior (PROF. RAPHAEL BORGES, 2020). Desde então, vem sofrendo alterações na sua elaboração. No tópico “2.1 Contexto da Educação Infantil “essa temática é melhor desenvolvida.

2.1.2.2 PCN'S - Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil

Trata-se de um documento elaborado pelo MEC, e reúne orientações fundamentais por pesquisas e produções na área da educação. Os PCNs estão disponíveis em 2 (dois) volumes, importante destacar que são documentos orientadores, que trazem discussões referentes a qualidade na educação infantil e traz o debate específico no campo da educação da criança e 0 (zero) até 6 (seis) anos.

Esta publicação contém referências de qualidade para a Educação Infantil a serem utilizadas pelos sistemas educacionais, por creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil, que promovam a igualdade de oportunidades educacionais e que

levem em conta diferenças, diversidades e desigualdades de nosso imenso território e das muitas culturas nele presentes (BRASIL, 2006, p. 3).

Nesta perspectiva o documento, diz que para manter os parâmetros de qualidade para a educação infantil, são necessários levar em consideração que as crianças desde o seu nascimento são “[...]cidadãos de direitos; indivíduos únicos, singulares; seres sociais competentes, produtores de cultura; indivíduos humanos, parte da natureza animal, vegetal e mineral” (BRASIL, 2006, p. 18). Ainda neste documento, consta que, as crianças precisam ser apoiadas e incentivadas a brincar e movimentar-se em ambientes ao ar livre, em se expressar, ampliando a imaginação e o pensamento.

Em razão do cumprimento de seus direitos, os PCNs versam, assim como na Constituição, que as crianças são possuidoras de direito ao respeito, possuem autonomia e participação da sociedade, “[...]à felicidade, ao prazer e à alegria, à individualidade, ao tempo livre e o convívio social, à diferença e à semelhança, à igualdade, igualdade de oportunidades, ao conhecimento e à educação, a profissionais com formação específica, a espaços, tempos e materiais específicos” (BRASIL, 2006, p. 19).

2.1.2.3 RCNEI - Referencial curricular nacional para a educação infantil

Em 1998 o MEC lança as Diretrizes Curriculares Nacionais, (DCNs), que são atos administrativos que possuem força de lei, sendo obrigatório o seu cumprimento. Existem DCNs para o ensino fundamental, ensino médio e educação básica e estas diretrizes devem ser cumpridas. A educação infantil possui uma especial, chamada de Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI), ela é composta por uma coleção de 3 (três) livros, primeiro livro, introdução - contendo a temática do que vem a ser a educação infantil. O segundo livro, formação pessoal e social – trata sobre a identidade e a autonomia. E o terceiro livro, conhecimento de mundo – abordando temáticas como, o movimento, a música, as artes visuais, a matemática, a linguagem oral e escrita, a natureza e sociedade. São orientações dando metas e objetivos a serem seguidos, sempre pautados nos âmbitos de experiência (HAMURABI MESSEDER, 2016).

Segundo o RCNEI, as crianças nascem com capacidades cognitivas, afetivas e emocionais, e isso deve ser levado em consideração no espaço da educação infantil.

2.1.2.4BNCC - Base Nacional Comum Curricular

Em 2014, por meio da Conferência Nacional pela Educação (CONAE), organizada pelo Fórum Nacional de Educação (FNE), cria-se um documento com novas propostas para a educação brasileira, dando início então à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O seu registro “[...] foi aberto para consulta pública em 2015, permitindo que a sociedade pudesse contribuir com suas opiniões, 45 mil escolas colaboraram nesse processo levando à segunda versão ” (FERREIRA, 2018).

Assim, em 20 de dezembro de 2017 a nova Base Nacional Curricular – BNCC foi homologada pelo Ministério da Educação. De acordo com a BNCC (2017), num país de tantas diversidades há a necessidade por adaptações de currículos, sendo assim “as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais”. Esse documento norteia a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares de todo o Brasil, indicando as competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade (MEC, 2020). Todas as instituições escolares do Brasil devem, obrigatoriamente, implementar a BNCC.

Conforme a sua última versão a Base Nacional Comum Curricular, aponta ser:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2017, p. 8).

Nessa linha de pensamento, espera-se que a BNCC auxilie as redes escolares, tanto pública como particular a organizarem seus currículos e que possam garantir um nível comum de aprendizagem a todos os estudantes. É fundamentada no desenvolvimento de habilidade e na formação de dez competências gerais, que satisfazem os direitos de aprendizagem. Essas competências estão inseridas nas 3 (três) etapas da educação básica (ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio). A sua implementação nas redes de ensino devem ser baseadas na igualdade educacional, com oportunidades de ingresso e permanência; na diversidade,

definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias; e a equidade, reconhecendo que as necessidades dos estudantes são diferentes (BRASIL, 2017).

Como mencionado anteriormente, ela é alinhada nas competências gerais, e são decompostas em etapas: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio. Na Educação Infantil, tema desta pesquisa, a BNCC apresenta 6 (seis) direitos de aprendizagem e desenvolvimento, como: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se; dentro de 5 (cinco) campos de experiências: 1) o eu, o outro e o nós; 2) corpo, gestos e movimentos; 3) traços, sons e formas; 4) escuta, fala, pensamento e imaginação; 5) espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (grifo meu). Os objetivos de aprendizagem são divididos em grupos e por faixa etária: bebês (0-1a 6m); crianças bem pequenas (1 a 7m - 3 a 11m) e crianças pequenas (4a – 5a 11m) (BRASIL, 2017).

Para Marchelli (2017):

[...] a ideia construída a partir da leitura da BNCC é que o professor capaz de realizar os objetivos por ela assumidos precisa de uma formação inicial absolutamente diferente daquela atualmente praticada pelos cursos de licenciatura que estão em funcionamento no Brasil. A integração do currículo em áreas de conhecimento e o trabalho interdisciplinar pressupõe uma formação pautada em conceitos que por força da Base condicionarão as políticas voltadas para a preparação de professores e a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos (MARCHELLI, 2017, p. 56).

O autor, aponta que a nova BNCC trará mudanças para a formação inicial dos professores e discute a necessidade de formação destes, e também a elaboração de medidas que possam auxiliá-los e acompanhá-los para desenvolver a BNCC em sala de aula.

2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA

Frente a tantas modificações na educação brasileira a formação continuada de professores torna-se essencial. Mais do que nunca, o educador deve se manter atualizado e bem informado, principalmente, em relação à evolução das práticas pedagógicas e às novas tendências educacionais. São tantas alterações de normas e parâmetros para serem seguidos, que “o professor torna-se um dos principais atores dessas mudanças, portanto, sua formação e sua prática tem sido e continua sendo motivo de estudo” (SANTOS SENA, 2005).

Com a formação continuada, “o educador tem a oportunidade de refletir e aperfeiçoar as suas práticas pedagógicas e também de promover o protagonismo de seus alunos, potencializando assim o processo de ensino-aprendizagem” (FRANÇA, 2018). Nesse sentido, o processo de construção de aprendizagem e de desenvolvimento do professor é constante e permeia o dia a dia da sala de aula.

Holzmann (1997, p. 47, *apud* ROMANOWSKI; MEDEIROS, 2013), define a formação continuada:

- Efetiva-se desde a formação inicial e se estende por toda a vida profissional professor;
- Enfatiza o desenvolvimento da competência pedagógica;
- Propicia diversos espaços e modos de reflexão sobre a prática desenvolvida;
- Possibilita inovações e prevê ida e volta à ação;
- Está fundado no conhecimento histórico e socialmente construído / questionado / criticado / aperfeiçoado / pelos professores.

A formação continuada, é realizada após a formação inicial, ela é um processo permanente e constante, para que os educadores possam se aperfeiçoar e agregar conhecimentos. A BNCC coloca a formação continuada dos professores como regra obrigatória nas escolas. Educadores precisam se qualificar, adequar-se a essa realidade, mas, como fazer essa qualificação em tempos de pandemia? Como obter instruções necessárias sobre essa nova base curricular? É importante que professores possam realizar uma formação de forma *online*, entretanto, vale lembrar, que para isso são necessárias certas competências, como a utilização de recursos tecnológicos, de ferramentas para efetuar a formação.

Silva e Nunes (2019) defendem que:

Infere-se que a formação continuada docente, vinculada ao desenvolvimento profissional, apresenta essa característica de aprendizagem contínua, cujo início se dá nos cursos de licenciatura, e que possibilita, aos professores, discussões teórico-práticas que os colocam atualizados em relação aos aspectos educacionais e, com isto, contribui para as mudanças que se fazem necessárias para a melhoria das práticas pedagógicas na escola e, conseqüentemente, na educação (SILVA; NUNES, 2019, p. 9).

O Ministério da Educação (MEC) publicou uma resolução que institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e define orientações aos educadores. “O texto indica que os currículos dos cursos de formação dos docentes vão ter como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que define os direitos de aprendizagem de todos os alunos das escolas brasileiras” (LIMA, [s.d.]).

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, o procedimento técnico realizado foi levantamento de opinião, utilizando do instrumento de questionário para coleta dos dados, para tal seguem técnicas e abordagens específicas. O estudo é de natureza aplicada, “[..]tem como o propósito a geração de conhecimentos para aplicações práticas dirigidas à solução de problemas específicos” (RAMOS; RAMOS; BUSNELLO, 2003, p. 24). Nessa perspectiva, esta pesquisa possui o intuito de averiguar se os educadores possuem conhecimento da nova BNCC, se possuem disponibilidade de realizar formação continuada *online*, identificar se há barreiras na utilização de recursos tecnológicos e quais os seus sentimentos em razão da COVID-19.

Quanto aos objetivos, tem como finalidade descritiva, “[..] objetiva descrever as características de determinada população, fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (RAMOS; RAMOS; BUSNELLO, 2003, p. 25). Aborda os desafios e inseguranças dos educadores com a aplicação das TIC, referindo-se especificamente, ao grupo de educadores do ensino infantil.

Por fim, se caracteriza pela abordagem qualitativa, buscando coletar dados e indicadores referentes às necessidades dos docentes. Busca compreender o comportamento de professores em relação a certas características e necessidades. O ensaio conta com um formulário composto de 22 (vinte e duas) perguntas e tem como objetivo fornecer subsídios para a implementação de ações de melhorias voltadas à educação. A pesquisa “Desafios que os docentes da educação infantil encontram para realizar a formação *online*”, tem como foco os educadores do ensino infantil e investiga a postura destes docentes referente às novas atualizações da educação o seu posicionamento diante dos recursos tecnológicos e os sentimentos em relação a pandemia COVID-19.

3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

No primeiro momento foi enviado aos professores de educação infantil um questionário eletrônico via *google forms* juntamente com o termo de consentimento para participar desta pesquisa. A participação foi voluntária, e a sua identificação, envolvendo, o nome, gênero, idade e tempo que leciona foram opcionais, o restante continham resposta obrigatórias. O respondente concorda em participar por meio do aceite (“sim”) do termo de

consentimento presente no início do formulário, que traz informações gerais sobre a pesquisa, seus objetivos, nível de confidencialidade e o nome das pesquisadoras e da instituição. A maior parte das questões foi considerada obrigatória. O formulário foi disponibilizado aos 657 profissionais que atuam no ensino infantil da AFASC⁴, destes 24 estão afastados, (de acordo com coordenação da instituição), por esse motivo, não receberam a notificação. Portanto, o número a ser considerado é de **633** professores. A pesquisa ficou aberta para coleta das informações por um período 15 dias.

O número total de respondentes foi de **333**, ou seja, cerca de **52,6%** dos profissionais participaram da pesquisa. A ferramenta utilizada para a pesquisa foi o *Google Forms*. O canal de divulgação do formulário foi o *Whatsapp* e o período de coleta de respostas foi de 15 dias (iniciando em 31 de março e finalizando em 14 de abril de 2021).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população é composta pelos professores de educação infantil que executam suas atividades laborais na AFASC - Associação Feminina de Assistência Social da cidade de Criciúma, Santa Catarina - Brasil e que estão vinculados ao Departamento de Educação Infantil.

A AFASC é uma Organização Social de caráter filantrópico e sem fins lucrativos, foi fundada em 1973, e desenvolve programas na área de assistência social e educação infantil, voltado a necessidades da criança, adolescente, mulher e idoso. “Atualmente a instituição atende mais de 15 mil pessoas por mês, por meio de seus programas de educação infantil, assistência social, que presta auxílio às famílias em situação de vulnerabilidade social nas suas necessidades emergenciais ” (AFASC, [s.d.]).

3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados serão apresentados de acordo com os seguintes tópicos:

- Características da Amostra: gênero, idade, tempo que leciona.
- Formação Docente: formação inicial, graduação e experiência em curso *online*.
- BNCC: conhecimento e a sua aplicação.
- Sentimentos: educação mediada por tecnologia e a Pandemia COVID-19.

⁴ AFASC - Associação Feminina de Assistência Social do Município de Criciúma - SC - Brasil.

3.3.1 Características da Amostra (gênero, idade, tempo que leciona)

Foram obtidas 333 respostas de forma voluntária com a identificação de nome e idade opcionais, representando cerca de **52,6%** dos 633 profissionais do Ensino Infantil que atuam na associação - AFASC

Predominância feminina entre os respondentes, com 98,5% do gênero feminino e 1,5% preferiram não dizer;

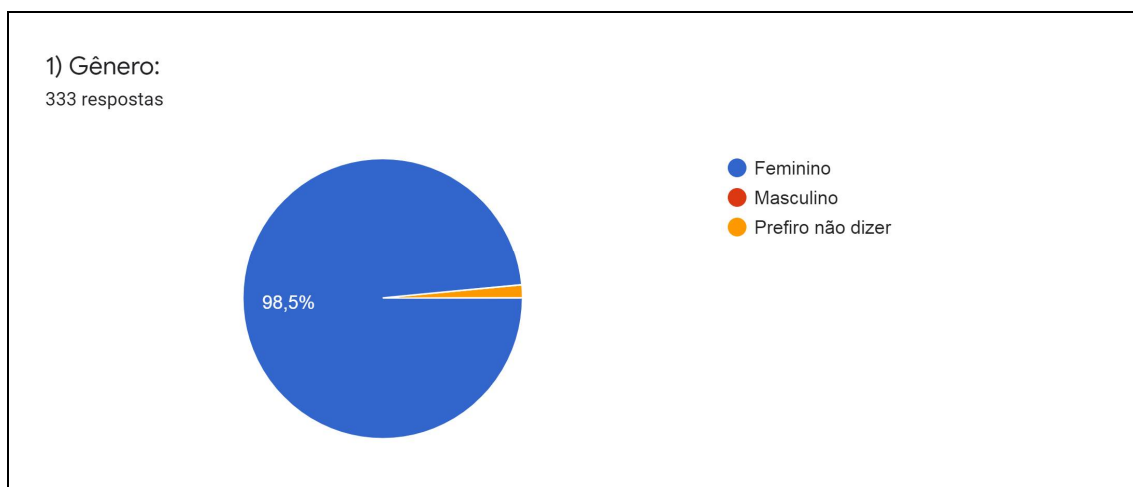


Figura 1: Gráfico gênero

Em relação a idade se obteve 316 respostas. A faixa etária varia entre 17 e 65 anos; Cerca de **68,9%** (218 respondentes) declaram ter acima dos 25 anos, pertencentes a faixa de **26 e 45** anos. Nota-se que faixa etária correspondente a professores mais jovens, até 25 anos é reduzida.

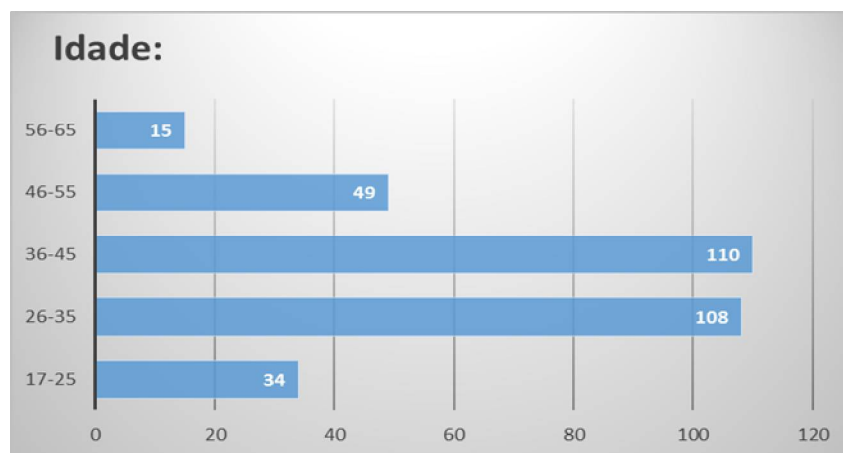


Figura 2: Gráfico idade

A pergunta tempo que leciona foi opcional e obteve **310** respostas. Percebe-se que nem todos responderam a essa pergunta.

Nota-se que a faixa em que os professores mais atuam é entre 6 e 15 anos, totalizando 152 professores, cerca de **66%** da amostra atua a bastante tempo como professor.

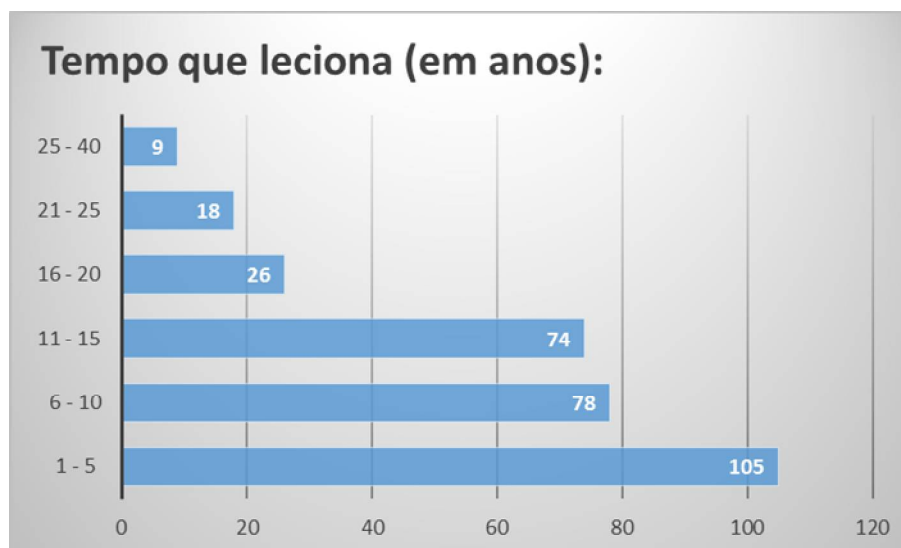


Figura 3: Gráfico tempo que leciona

3.3.2 Formação Docente (formação inicial, graduação e experiência *online*)

A maioria da amostra com **75,7%** afirma possuir formação em magistério no nível médio. Predominância de 252 professores do total da amostra, ao passo que 81 responderam não possuir 24,3%.

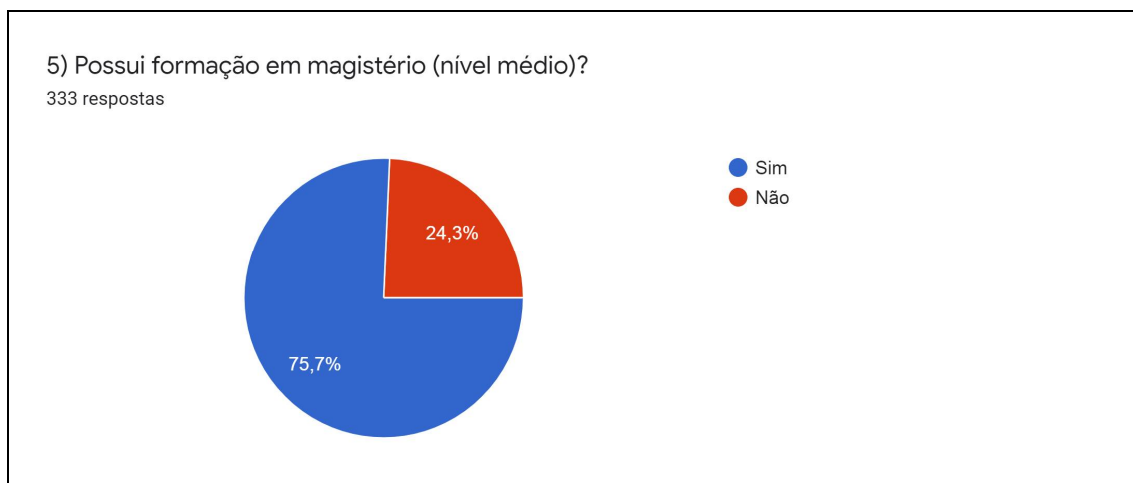


Figura 4: Gráfico formação inicial

Assim como magistério, a maioria da amostra **70,3%**, possui pedagogia no nível superior, (234 professores), já 20,1% declara, não. Outros, declararam estão cursando (1,2%) e cursos como artes, educação física e letras também foram citados.

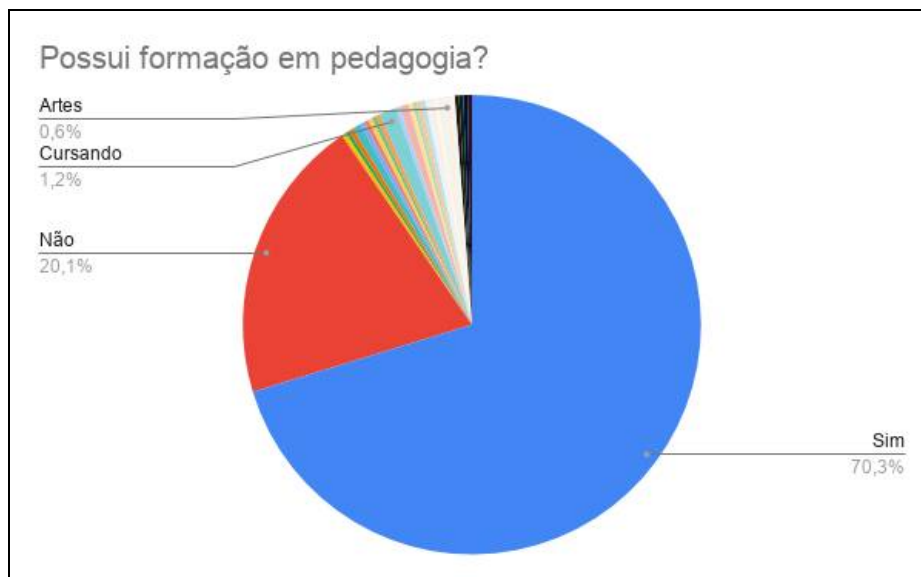


Figura 5: Gráfico formação pedagogia

Predominância em formação na modalidade EaD⁵ com **55,0%** (183 respondentes) seguido por presencial com **44,1%** (147 respondentes) e *online* 0,9%.

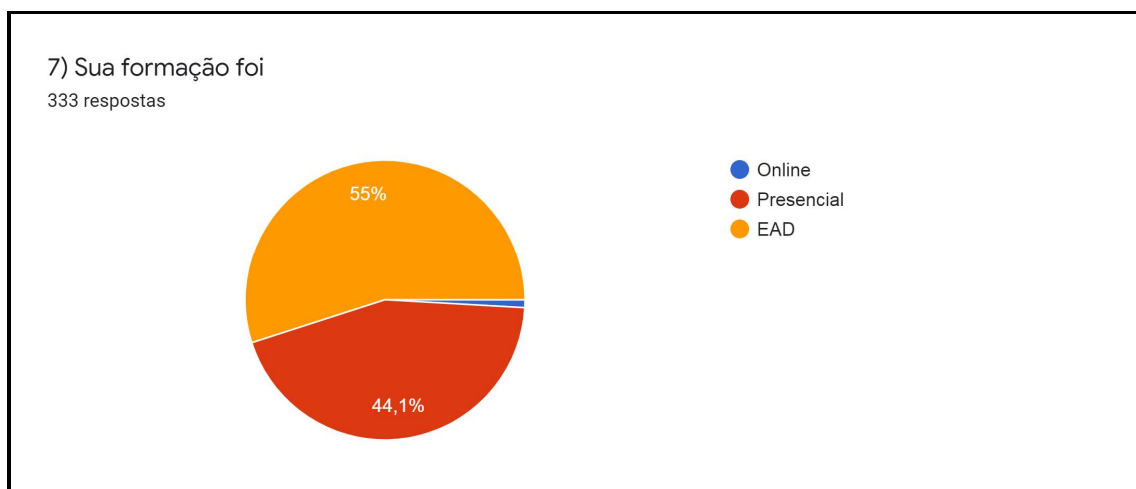


Figura 6: Gráfico tipo de formação

⁵ Educação a Distância = “Educação a distância é uma modalidade de educação mediada por tecnologias em que discentes e docentes estão separados espacial e/ou temporalmente, ou seja, não estão fisicamente presentes em um ambiente presencial de ensino-aprendizagem” (*Wikipédia*).

A maioria da amostra com **61,3%** já realizou algum curso *online* (205 respondentes), ao passo que, **37,8%** (126 pessoas) declaram que nunca fizeram.

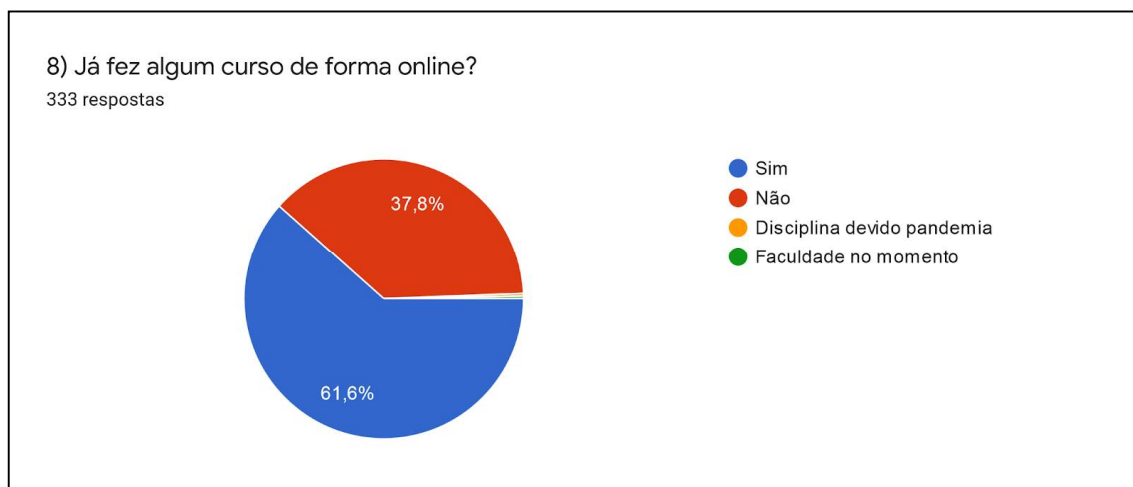


Figura 7: Gráfico curso *online*

Em relação a experiência com curso *online*, declaram ter sido boa 53,2% (177 respondentes); excelente 9,3% (31 professores). Somando as respostas totalizam 208, evidencia-se assim que **62,5%** da amostra obteve repostas positivas. Ao passo que, declaram ruim; não fiz; prefiro não responder e outros totalizam **37,5%** da amostra. Caracterizando experiência negativa em menor proporção em relação à positiva.



Figura 8: Gráfico experiência com curso online

3.3.3 BNCC (conhecimento e a sua aplicação)

A maioria dos respondentes (62,8%) afirmam conhecer a BNCC, entretanto, vale ressaltar que, 34,8% da amostra diz possuir alguma dúvida e ainda destes 2,4% não conhecem.

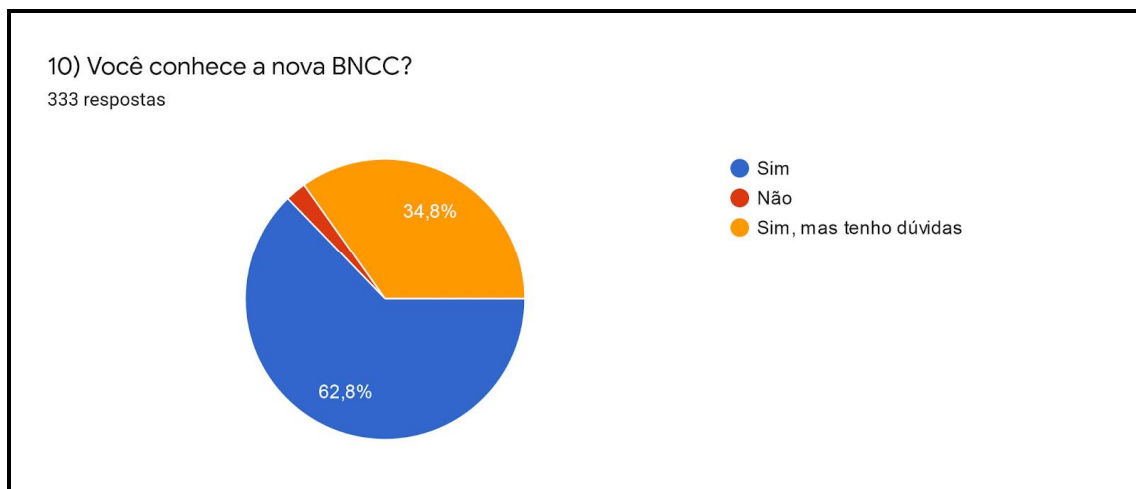


Figura 9: Gráfico conhecimento BNCC

Sobre cursos, somente 48 (14,4%) declaram que já fizeram, ao passo que, 285 professores, a maioria da amostra (85%), responderam, respectivamente, não fizeram e que gostariam de fazer.

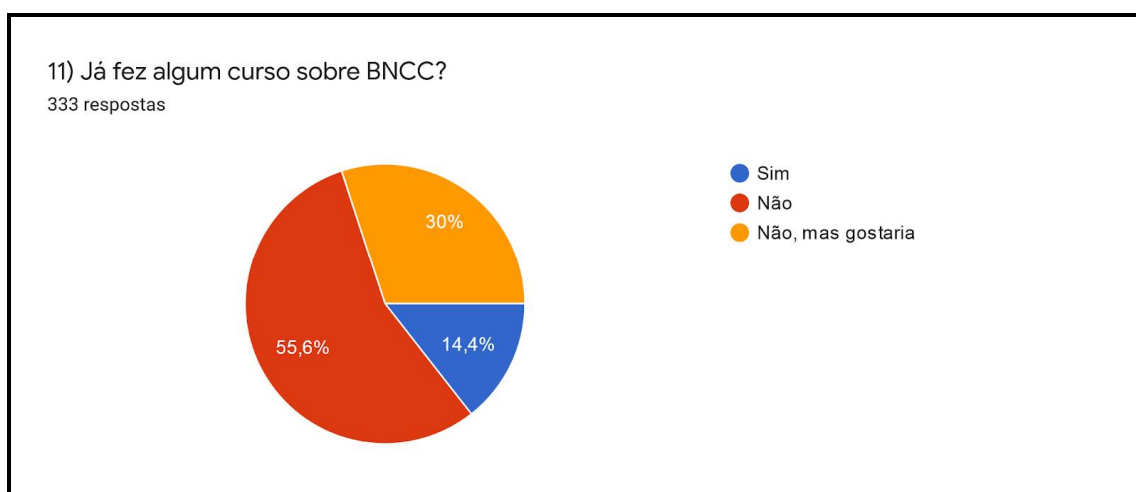


Figura 10: Gráfico curso BNCC

No tocante a BNCC, especificamente a educação infantil, a maioria da amostra 169 professores (**50,8%**) afirmam saber um pouco; 150 (**45%**) declaram conhecer, ao passo que, 14 (4,2%) disseram não conhecer.

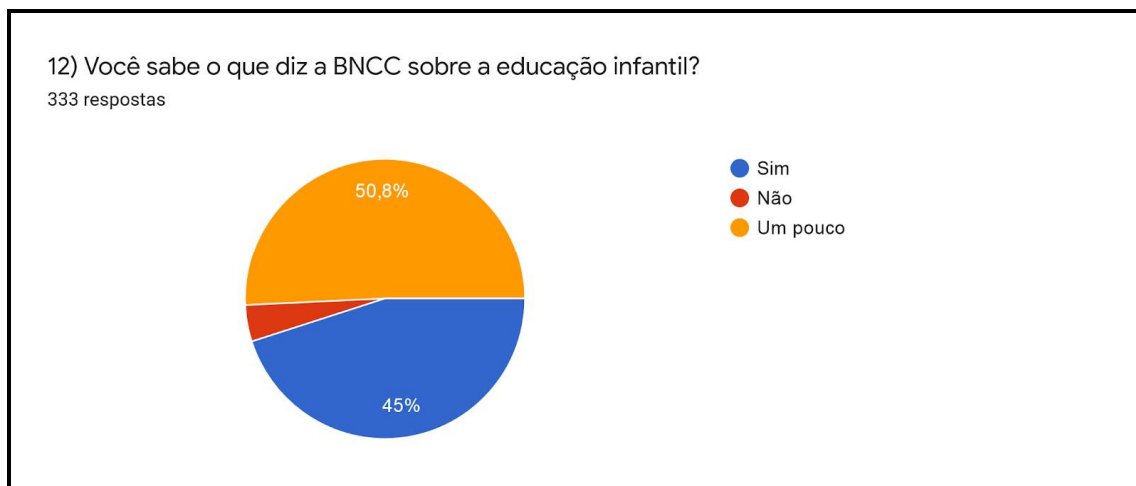


Figura 11: Gráfico BNCC sobre a educação infantil

A faixa etária em que há mais professores é: Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) com 70,3%; em seguida atuam com Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) com 30%; logo após Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) com 19,5%; outras etapas também foram mencionadas, como mostra a figura 12:

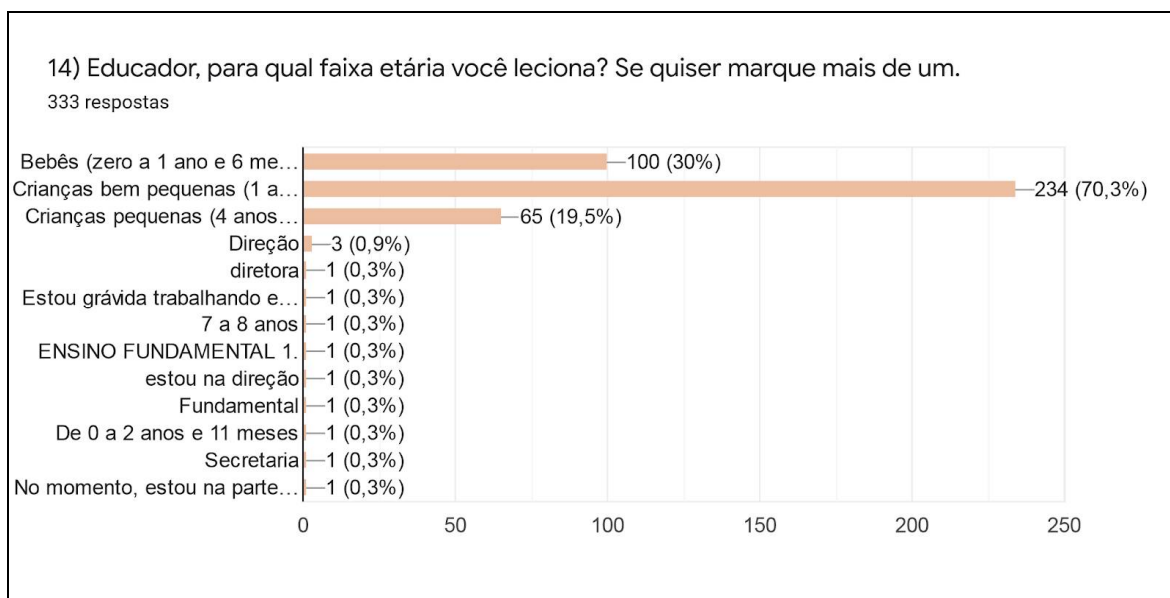


Figura 12: Gráfico faixa que leciona.

Grande parte da amostra 69,7%, afirma aplicar as novas práticas da BNCC nas escolas e 21,6% aplica mais possui dúvidas. Contabilizando, 91,3% dos respondentes aplicam

a BNCC nas escolas, ao passo que, 6% e 2,7% declararam, respectivamente, preferem não dizer e não aplicam.

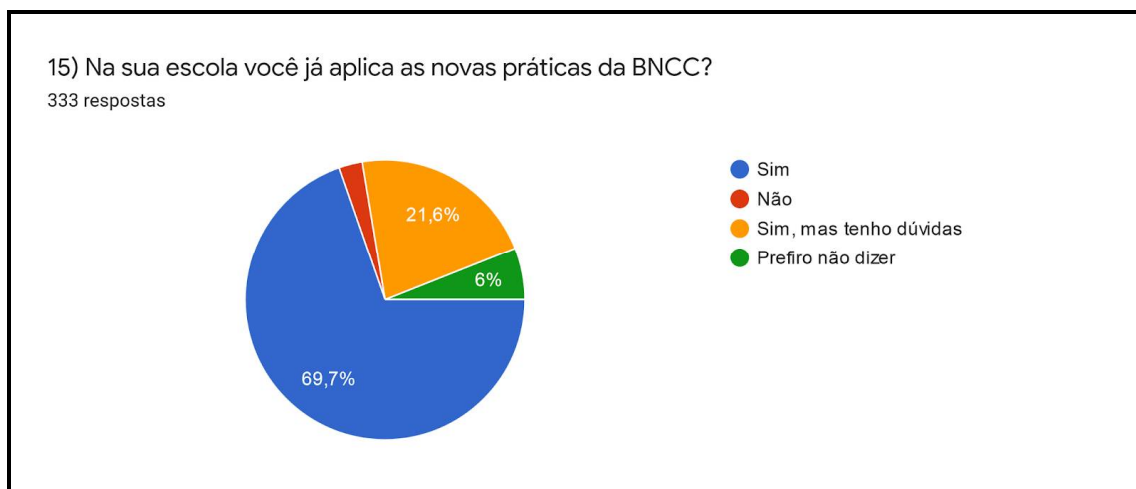


Figura 13: Gráfico aplicação da BNCC nas escolas

Quanto a disponibilidade de realizar uma formação *online*, a maioria 86,8% dos respondentes, afirmaram que, sim. Apesar do quadro positivo em relação a disponibilidade, destes, 13,2% tem a percepção de precisar de ajuda para a realização. E, 6,9% e 6,3%, declararam, respectivamente, prefiro não responder e não possuem disponibilidade.

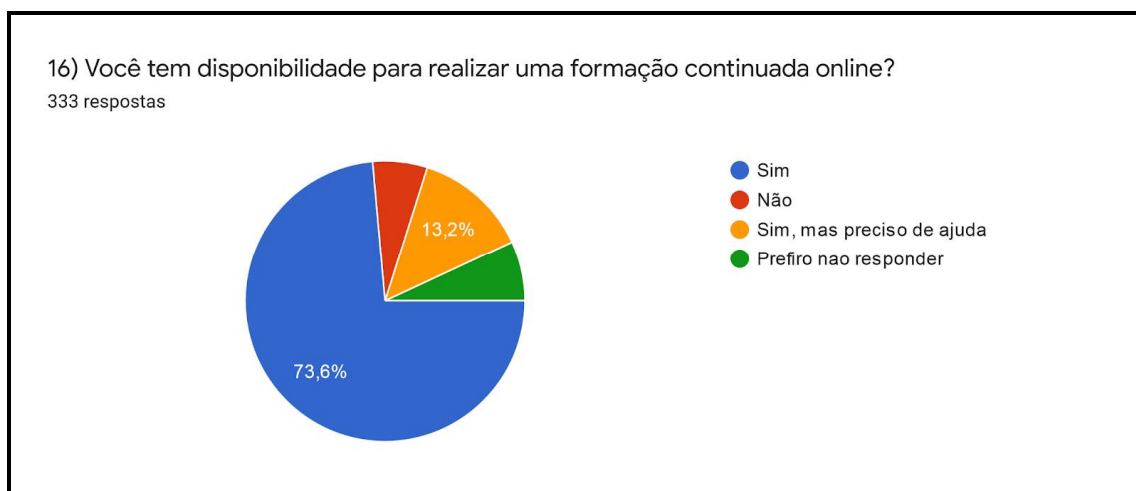


Figura 14: Gráfico disponibilidade para formação continuada *online*

Conhecimento sobre as Diretrizes Curriculares da educação infantil do Município de Criciúma, 94,9% a maioria dos respondentes afirmam conhecer, entretanto, 40,5% destes afirmam que gostariam de saber mais sobre o assunto e 1,8% responderam não conhecer.

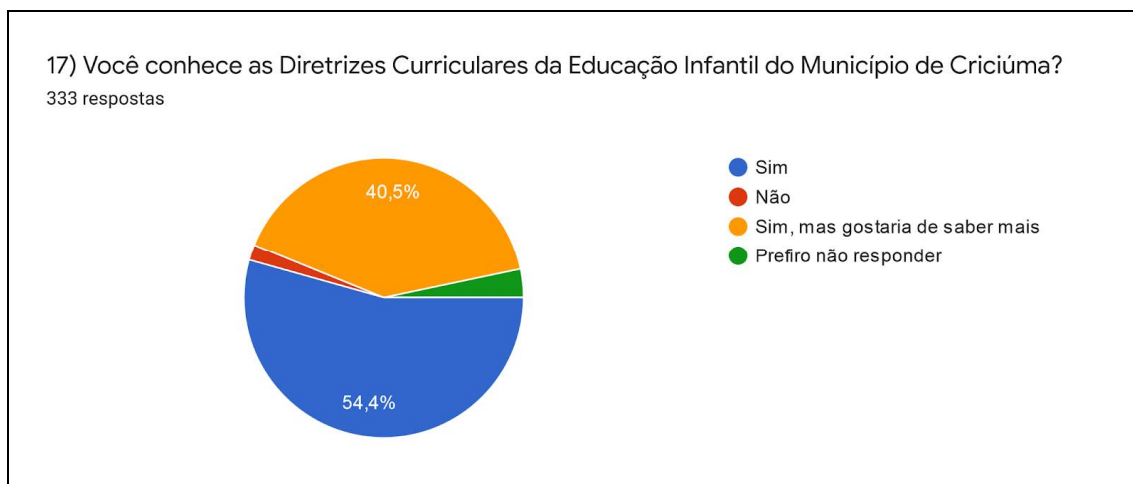


Figura 15: Gráfico conhecimento das DCNs do Município de Criciúma

3.3.4 Sentimentos (educação mediada por tecnologia e a pandemia COVID-19)

Os sentimentos relacionados a educação mediada por tecnologia, apresentam uma grande diversidade de respostas. Os 6 (seis) sentimentos mais citados pelos educadores foram: 61% aprendizado; 57,1% inovação; 43,9% desafio; 36% adaptação; 30,6% novidade e 24,6% comprometimento.

Observa-se que sentimentos **positivos** foram os mais escolhidos, ao que passo que, dificuldade 13,2%; preocupação 9%; insegurança 7,8%; desigualdade 6,9% e outros sentimentos que denotam **negatividade** foram citados em menor proporção.

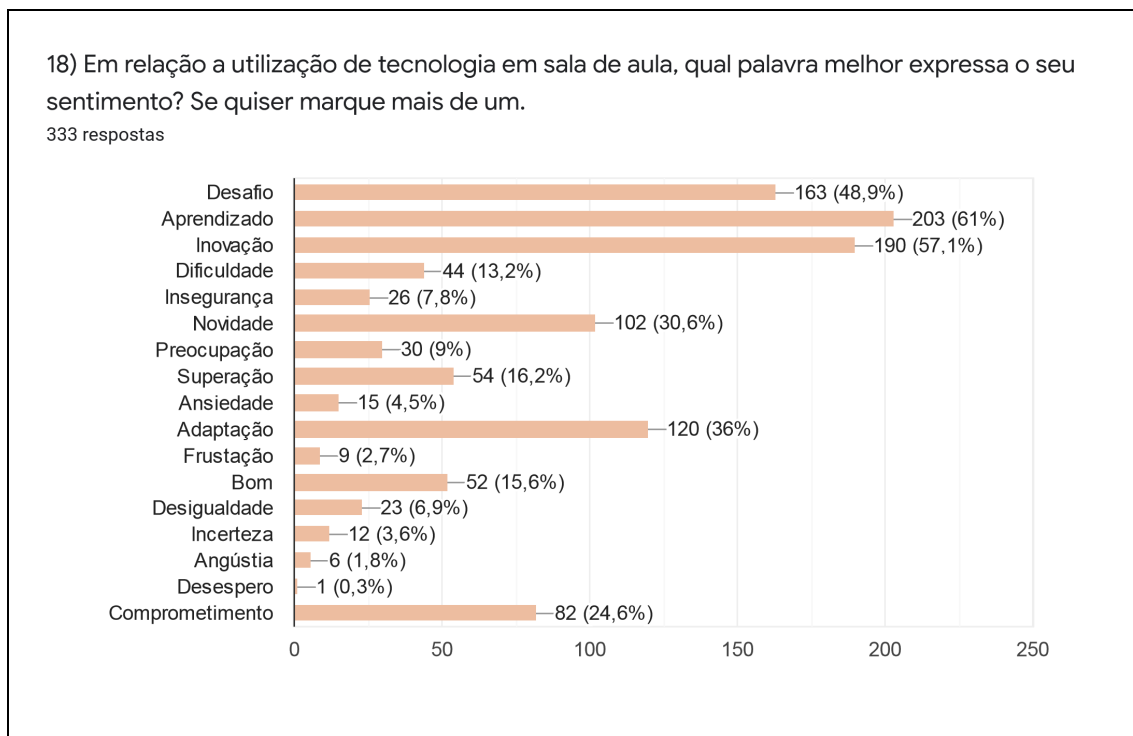


Figura 16: Gráfico utilização de tecnologias em sala de aula.

Sobre a utilização de tecnologias como computadores e *tablets* em sala de aula, de acordo com a amostra 39,3% e 4,8% dos professores se declaram, respectivamente, estar seguro; muito seguro; avaliando **44,1%** dos respondentes se sentem bem ao utilizar as TIC.

Em contrapartida, **55,8%** evidencia sentimentos negativos em relação a utilização das tecnologias em sala de aula. Considerando, respectivamente, inseguro com 11,1%; preferiam não responder 17,1%; muito inseguro 2,7%; nem inseguro, nem seguro 24,9%.



Figura 17: Gráfico utilização de computador e tablets em sala de aula

Com referência a sentir-se capacitado a lecionar com o auxílio das TIC, 39,9% (133 dos educadores) afirma se sentir muito capaz, por outro lado, a **maior parte da amostra com 60,1%** declara não se sentir capacitado, considerando, respectivamente, prefiro não responder 14,7%; não sei dizer 28,2%; 8,7% nada ou pouco capaz e 8,4% não me sinto capaz. Percebe-se, a insegurança destes professores em trabalhar com a educação mediada por tecnologia.

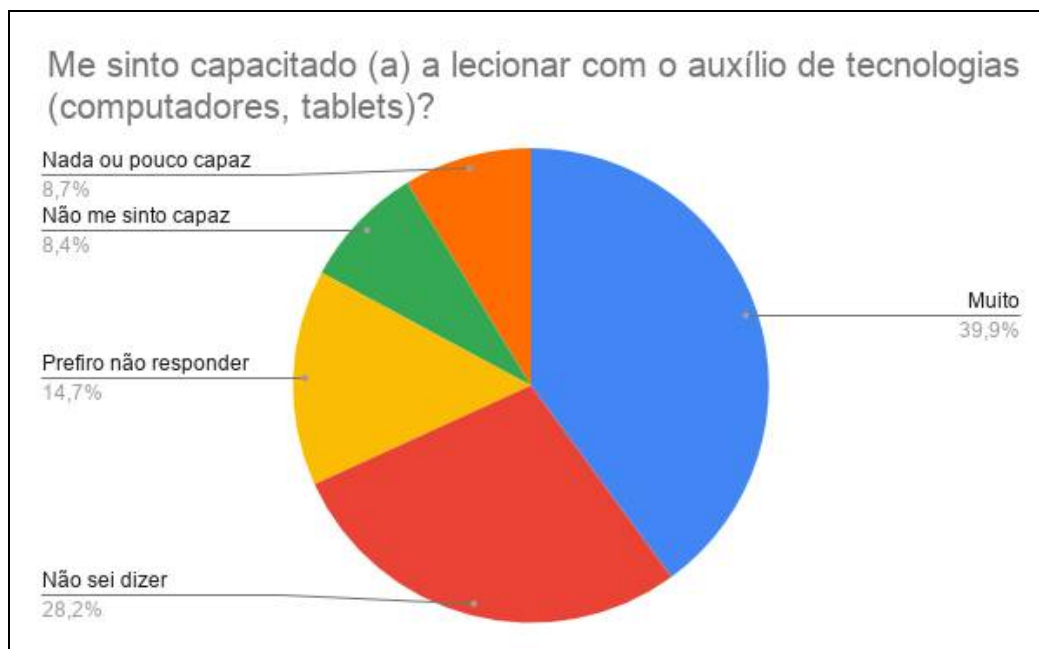


Figura 18: Gráfico capacitação para lecionar utilizando as TIC

Sobre receber algum auxílio, ajuda para trabalhar com as TIC em sala de aula, houve variação nas respostas, contudo, **somente** 12% afirma possuir algum apoio, ficando claro com o restante da amostra, que **88%** dos professores, respectivamente, nenhum ou pouco apoio 19,8%; não, mas gostariam de ter 43,5%; preferem não responder 21,3%; ou, não fazem uso das TIC.



Figura 19: Gráfico apoio com as TIC em sala de aula

Dá mesma forma, que os sentimentos sobre a educação mediada por tecnologia, as emoções sobre a pandemia, apresentam uma grande diversidade de respostas.

Os sentimentos mais citados pelos educadores, como era previsível, expressam negatividade em relação a Pandemia COVID-19, **insegurança** 60,7%; **medo** 59,8%; **angústia** 45,3% e **ansiedade** 43,2%.

Apesar da predominância de sentimentos negativos, há também menção a sentimentos positivos como **fé** 53,5% e **esperança** 39,6%.

Outros sentimentos também foram relatados pelos professores, como mostra a figura 20:

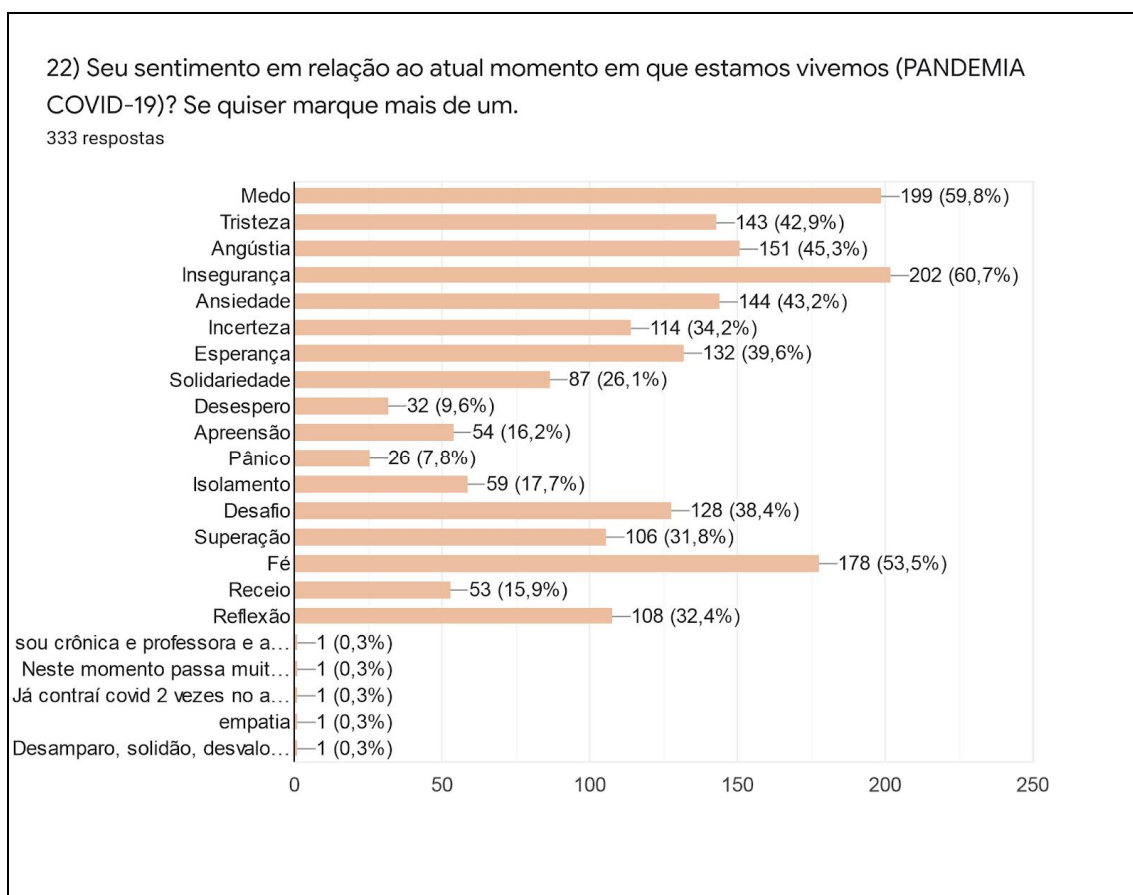


Figura 20: Gráfico em relação a pandemia

Com relação a volta das aulas presenciais, como se é esperado, a maioria dos respondentes 74,8% declara sentir-se **inseguro** e 41,7% **desprotegido**.

Apesar desse cenário, totalizando 20,4% declara, respectivamente, de forma positiva, os seguintes sentimentos: **confortável** 12,3%, **seguro** 6% e **protegido** 2,1%.

Outros sentimentos também foram registrados, como mostra a figura 21:

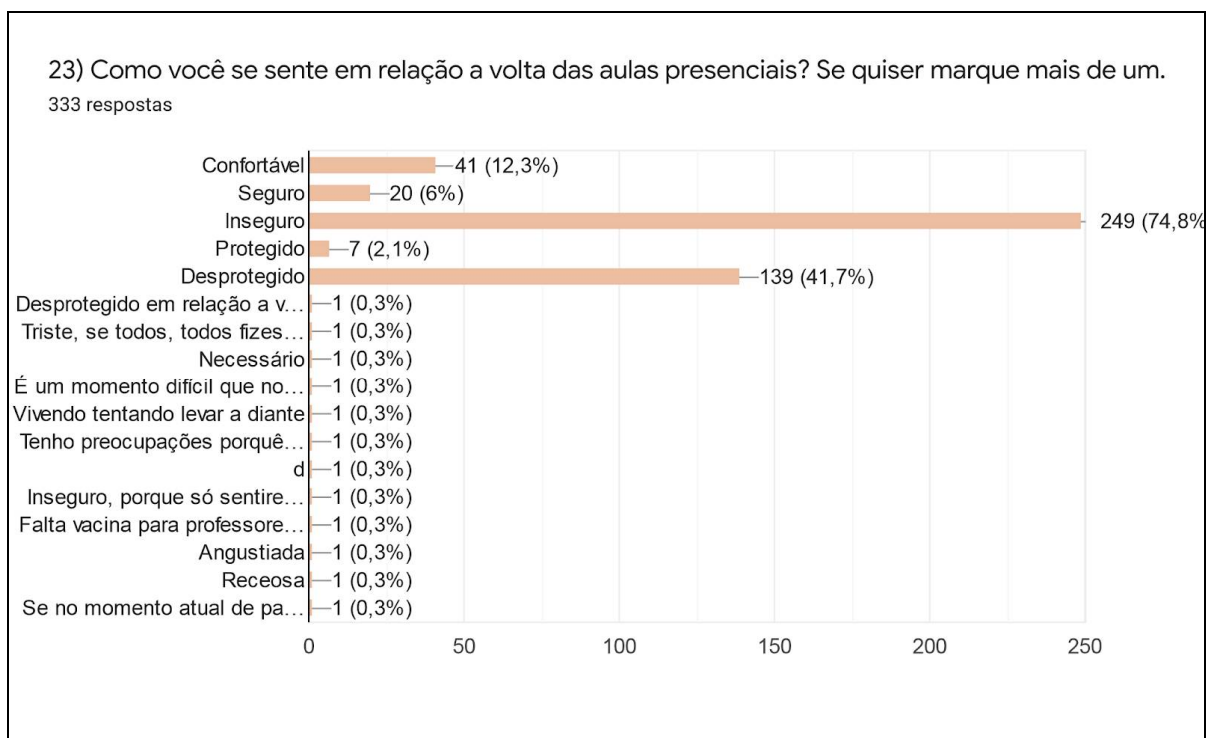


Figura 21: Gráfico volta das aulas presenciais

Dentre as 5 (cinco) opções disponíveis para escolha, havia também a opção aberta para que os participantes pudessem registrar o que quisessem.

Esta foi a última pergunta, finalizando assim o questionário. Ao final, há uma mensagem de agradecimento e um espaço pedindo para deixar o endereço de e-mail, para caso queiram receber uma cópia da pesquisa.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados encontrados nesta investigação demonstram a predominância feminina entre os respondentes. Em relação à faixa etária dos participantes, a pesquisa apresenta que há uma maior incidência em nascidos entre **1995 e 1976**, sendo assim, pode-se dizer que a amostra engloba 2 (duas) gerações. De acordo com Prensky (2001), os **nativos digitais** (nascidos **após** o ano de 1980), correspondendo os que possuem 26 a 41 anos; e, em **menor** proporção, os **imigrantes digitais** (nascido **antes** de 1980), correspondendo os que têm mais de 41 anos. Esses dados apontam que o fato de ser “nativo digital” não é garantia de que o domínio das tecnologias esteja desenvolvido, na verdade, de acordo com Fiuza (2016), só mostra as carências na formação inicial dos professores brasileiros, que apesar de serem de uma geração mais nova ainda são formados com metodologias tradicionais na maior parte dos cursos. Algumas questões surgem quando se olha para estes resultados, tais como: será que os professores que aceitaram participar da pesquisa são os mais “novos” e, portanto, com maior habilidade no uso das tecnologias, considerando que a coleta foi realizada de maneira *online*? Ou, será que os professores que não participaram tiveram dificuldades ou receio de se expor, mesmo sendo a pesquisa sigilosa e opcional a identificação.

A pesquisa mostra que a maioria, cerca de **66%** da amostra, leciona há mais de 6 anos, isso demonstra uma experiência alta destes docentes, ao passo que, o tempo abaixo de 5 anos, aponta menos experiência e, obteve um número menor de professores. Apesar deste tempo de experiência relativamente alto, esses professores não se sentem preparados para a inserção das tecnologias no processo educativo.

Observa-se quantidade superior de professores com formação específica em pedagogia, isso evidencia que são altamente capacitados para atuar no processo de ensino aprendizagem, como exemplo, na alfabetização de crianças. Esse fato é considerado como positivo, pois, há muitos professores que atuam para criança de 1 a 3 anos de idade nesta amostra. Segundo Holzmeister (2019), nessa fase, a capacitação e a formação continuada dos educadores são fundamentais, pois, estão contribuindo com a evolução e o desenvolvimento de uma nova geração.

Após análise dos dados obtidos pela pesquisa, verificou-se que grande parte da amostra realizou a sua formação por meio da EaD, mostrando que este público tem uma preferência a cursos a distância, ou que o acesso a esta modalidade de curso foi mais facilitado. Muitos declaram que já realizaram curso *online*, e que as experiências nesse

segmento foram tidas como **positivas**, no entanto, **60,1%** da amostra declarou não se sentir capacitado para trabalhar com a educação mediada por tecnologia. Esses dados apontam que, por um lado esse público possui experiência com a EaD e cursos *online*, e por outro, afirmam não se sentirem aptos para lecionar com o auxílio de computadores e *tablets*, o que corrobora com o fato da formação em EaD não ser garantia de uma boa usabilidade das TIC e que existem barreiras que precisam ser vencidas nesse aspecto.

Dante (2004), adverte para a importância de se discutir a utilização e ainda, as limitações do uso das TIC, e enfatiza a preocupação quando essa falta de compreensão ocorre no campo educativo. Em consonância com o pensamento de Souza (2017), quando afirma que é preocupante quando tais profissões não fazem uso das TIC, particularmente nas escolas onde o contato com esse meio se inicia cada dia mais cedo, através das crianças, e ainda, o autor reforça que a inadequação de instruções tecnológicas desde os primeiros anos da vida escolar pode contribuir para um aumento do analfabetismo digital.

A maioria da amostra declarou interesse e disponibilidade em realizar uma formação continuada *online*, porém, uma porcentagem afirma necessitar de ajuda para tal. Ou seja, por algum motivo estes participantes (13,2%) se sentem inseguros para a realizar uma formação continuada *online*. Tal insegurança pode se dar pelo fato de não possuírem habilidades com a utilização de computadores, reforçando o que foi dito anteriormente. Ou ainda, pode indicar que apesar de terem feito cursos EaD, esses não tiveram como mídia principal a internet ou instrumentos digitais, o que justificaria a insegurança e falta de habilidades com cursos *online*.

Em relação ao conhecimento e a aplicação da BNCC, a maioria dos respondentes afirmaram conhecer a Base Nacional Comum Curricular, porém, uma porcentagem com um valor considerável 34,8% afirmou possuir dúvidas a respeito da mesma. Constata-se também que a maioria nunca fez curso sobre a BNCC e que gostaria de fazer. Interessante, ressaltar que em relação a sua aplicabilidade nas escolas, a maioria 69,7% afirma que sim, que aplica as novas práticas da BNCC. No entanto, essa afirmação, traz consigo uma preocupação, afinal, como será que é feita essa aplicação nas escolas, se aproximadamente um terço dos professores se diz com dúvidas e a maioria não realizou nenhum curso a este respeito? Marchelli (2017), assinala que a nova BNCC trará mudanças para a formação inicial dos professores e discute a necessidade da formação continuada destes, e também a elaboração de meios para a aplicação da BNCC em sala de aula.

Relativo aos sentimentos sobre a utilização de tecnologias em sala de aula, há uma predominância de sentimentos positivos como, aprendizado e inovação, por outro lado, e em

menor proporção, menção a sentimentos negativos como, dificuldade e preocupação. Já os sentimentos sobre a COVID-19, apesar da predominância de sentimentos negativos, houve também menção a sentimentos positivos como esperança e fé. Esses achados estão de acordo com os resultados encontrados por Grandisoli et al (2020) que apontou os sentimentos relacionados a pandemia como predominantemente negativos.

Esses dados trazem um olhar novamente otimista e esperançoso relacionado às dificuldades enfrentadas pelos professores, tanto na percepção de utilizar as TIC em sala de aula, quanto ao período pandêmico que estamos vivenciando, mas trazem também a necessidade de acompanhamento e monitoramento em relação à saúde mental destes professores e da comunidade escolar como um todo.

5 CONCLUSÃO

A pandemia tem gerado inúmeros desafios, ao mesmo tempo, tem proporcionado grandes descobertas nos sentidos positivo e negativo. Na educação, garantir a continuidade das aulas tem exigido dos professores e estudantes a se transformarem para uma nova realidade, e, muitos deles, não estão preparados, a palavra é reinvenção e junto dela, superação.

Superação, em especial aos educadores do ensino infantil, analisar os desafios que estes encontram para realizarem uma formação continuada, foi o tema desta pesquisa. Um grupo de educadores que, assim como todos, se encontram em meio a uma pandemia, e que precisam dar continuidade ao seu trabalho, mas, mediado por tecnologia, em meio a quarentena, as aulas tiveram que ser *online*, ou híbridas. Por se tratar de uma pandemia, as logísticas das aulas podem mudar, e isso assombra a todo momento, aulas *online* em tempos de pandemia apresentam-se como uma nova barreira a ser superada.

A relevância desta pesquisa, foi analisar dois pontos importantes pertencentes a esse grupo. Um ponto era avaliar o conhecimento, o entendimento destes educadores em relação as novas normas da educação infantil, a nova BNCC, visto que todas as instituições de ensino do país são obrigadas a aplicar. São exigidos dos educadores, um novo conceito da educação infantil, são competências necessárias: compreender os 6 (seis) direitos de aprendizagem das crianças, estes estão relacionados com as 10 (dez) competências gerais da BNCC. Trabalhar com os 5 (cinco) campos de experiência e os seus objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de acordo com seus respectivos grupos: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Frente a essas mudanças e exigências, faz-se necessário uma formação continuada em consonância com a Base Comum Curricular.

O segundo ponto deste projeto, contemplava averiguar o conhecimento destes docentes em relação aos recursos tecnológicos, e sua disponibilidade para realizar uma formação continuada *online*, descobrir os sentimentos destes educadores em relação à nova BNCC, à tecnologia e a pandemia COVID-19. Tudo isso, é importante porque futuramente poderá propiciar melhorias no exercício da docência.

Curiosamente, os sentimentos em relação a utilização das TIC em sala de aula, foram positivos, levando em conta os mais citados: aprendizado e inovação. Apesar disso, houve sentimentos de incertezas em relação a sua utilização. Fica claro, o sentimento de

positividade, de interesse em usar as TIC em sala de aula, ao mesmo tempo, se sentem inseguros para tal.

Por esse motivo, interessante ressaltar que as instituições de ensino superior que ofereçam cursos de Pedagogia a distância devem promover uma maior capacitação no sentido da utilização das TIC, afinal, são novos tempos e novas necessidades são exigidas.

Outro aspecto da presente pesquisa que demanda atenção, é em relação aos sentimentos relacionados a pandemia COVID-19. O sentimento “medo” foi citado 199 vezes e o sentimento “insegurança” 202 vezes. Nessa perspectiva, fica notório a necessidade de desenvolver mecanismos de avaliação para acompanhar a percepção destes educadores, ainda mais em tempos de pandemia. Mesmo diante deste cenário, o sentimento “Fé” foi mencionado 178 vezes e “Esperança” 132 vezes, trazendo um olhar mais otimista e esperançoso relacionado às dificuldades enfrentadas.

A partir deste estudo, faz-se a reflexão sobre como contribuir para a melhoria do desenvolvimento de habilidade e de competências dos docentes do ensino infantil para que possam trabalhar com uma educação mediada por tecnologia, bem como, possa realizar uma formação continuada *online*.

Como sugestões para projetos futuros, criação de uma metodologia que ampare estes profissionais, para utilização de tecnologias com fácil acesso em suas aulas. Também buscar formas de oportunizar capacitação no uso de tecnologias educacionais, além de favorecer processos nos quais a formação aconteça como um processo contínuo.

REFERÊNCIAS

A Afasc. Disponível em: <<https://www.afasc.com.br/A-Afasc>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

ABNT Coleção. Disponível em: <<https://www.abntcolecão.com.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ALEJANDRA BEHAR, P.; THAIS SCHORN, G.; KELLEN ARAÚJO DA SILVA, K. Mapeamento de Competências Digitais para o aluno dos Anos Iniciais - COMPDig_AI. **RENOTE**, v. 17, n. 1, p. 507–516, jul. 2019.

BNC-Professor - Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/50631>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL, 2016. **Constituição da República Federativa do Brasil.** BRASÍLIA. 2016, p. 1–496.

BRASIL. 2005. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Senado Federal, 2005.

BRASIL, 2017. **LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional.pdf.** Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Volume 1.** 2006, Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base,** Brasília. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#apresentacao>>. Acesso em: 14 abr. 2021

BRASIL, 2019. **ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE** **MINISTÉRIO**, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2021.

CARDOSO, F. H. Fernando Henrique Cardoso. **Língua e Literatura**, v. 13, p. 158, 11 dez. 1984.

CHIARE, L. G.; RAUSCH, R. B. **FORMAÇÃO CONTINUADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO.** 2012.

DA COSTA, N. X. P.; VASCONCELLOS, R. F. R. R. Proposta para Formação Continuada de Docentes Online. **EaD em Foco**, v. 9, n. 1, 2019.

DA EDUCAÇÃO, M.; HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:**

razões, princípios e programas. [s.l: s.n.]. Disponível em:
<<http://www.publicacoes.inep.gov.br>>.

DANTE, H. M. SOCIEDADE, EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E OS USOS DAS TIC NOS PROCESSOS EDUCATIVOS. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, 14 dez. 2004.

DOMINICO, E. et al. Práticas pedagógicas na educação infantil: o currículo como instrumento de governo dos pequenos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 257, p. 217–236, abr. 2020.

DOS SANTOS, D. L.; MACHADO, K. G. W. As Tecnologias Digitais e as Relações Interpessoais no Cotidiano das Instituições Educativas. **Educação Por Escrito**, v. 10, n. 2, p. 36568, 2020.

EDUCAÇÃO, E. M. DE. DEBATES E CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC). **movimento-revista de educação**, n. 8, p. 268–280, 26 jun. 2018.

EDUCAÇÃO INFANTIL EM FOCO POR SAMANTHA LADEIRA. **Afinal, o que é a BNCC? - Resumo da Base Nacional Comum Curricular**, 30 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZdnTEUgxfzU>>. Acesso em: 14 abr. 2021

FANTACHOLI, F. DAS N. **A Importância do Brincar na Educação Infantil - Brasil Escola**. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-importancia-brincar-na-educacao-infantil.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2021.

FERREIRA, F. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Entenda como funciona** Blog | Proesc, 6 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.proesc.com/blog/entenda-a-base-nacional-comum-curricular-bncc/>>. Acesso em: 11 abr. 2021

FIRMINO, F. **Saiba tudo sobre a LDB | Pedagogia para Concurso**. Disponível em: <<https://pedagogiaparaconcurso.com.br/o-que-e-a-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-ldb/>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

FIUZA, P. J.. Tecnologias Interativas na Educação. In: Organização Malacarne. (Org.). **Educação Tecnologias de Informação e Comunicação e outros olhares**. 1ed. Curitiba: CRV, 2016, v., p. 9-15.

FRANÇA, L. **Formação continuada e a atualização do corpo docente** Par, 2018. Disponível em: <<https://www.somospar.com.br/a-formacao-continuada-e-a-sua-importancia-para-manter-o-corpo-docente-atualizado/>>. Acesso em: 16 abr. 2021

GONZAGA CHIARE, L.; RAUSCH, R. B. FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO INTERIOR DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL. n. 2, p. 83–98, 2012.

GRANDISOLI, E.; JACOBI, P. R.; MARCHINI, S. Pesquisa Educação, Docência e a COVID-19. **Iea -USP**, 2020.

HAMURABI MESSEDER. **RCNEI Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil Aula 01 Prof. Hamurabi Messeder**, 20 jan. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fVp26zZK1eA&ab_channel=HamurabiMesseder>. Acesso em: 13 abr. 2021

HOLZMEISTER, G. V. E A. P. Educação infantil do município de Vitória: um novo olhar * - Blog. **Blog de ideias**, 2019.

JACOMINI, M. G. DE O., Márcia Aparecida, Penna. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro-Posições**, v. 27, p. 177–202, 2016.

LEBLER, C. D. C. et al. **Educação Fora da Caixa: Tendências Internacionais e Perspectivas sobre a Inovação na Educação**. [S.l.] Editora Blucher, 2020.

LIMA, L. **Diretrizes - Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/diretrizes>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

LUCIA DE FATIMA VALENTE; MARIA SIMONE FERRAZ PEREIRA MOREIRA COSTA. **O Plano de Ações Articuladas (PAR): perspectivas e desafios na melhoria da qualidade do ensino**. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7084/5276>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

MAQUINÉ, G. O.; AZEVEDO, R. O. M. COMPETÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DA LDB À BNCC. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 1, n. 1, p. 0111–0120, 2 maio 2018.

MARC PRENSKY, P. **Nativos Digitais, Imigrantes Digitais**. 2001. Disponível em: <<https://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2021.

MARCHELLI, P. S. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: O FOCO NA ORGANIZAÇÃO INTERDISCIPLINAR DO ENSINO E APRENDIZAGEM. **Revista de Estudos de Cultura**, n. 7, p. 53–70, 2 jun. 2017.

MATHIAS, C.; FELDKERCHER, N. Uso das TICs na Educação Superior presencial e a distância: a visão dos professores. **TE & ET: Revista Iberoamericana de Tecnología en Educación y Educación en Tecnología**, v. no. 6, n. 6, p. 84–92, 2011.

MICARELLO, H. A. L. DA S. A BNCC no contexto de ameaças ao estado democrático de direito. **EccoS Revista Científica**, n. 41, p. 61–75, 2016.

MOVIMENTO PELA BASE. **Educação Infantil na BNCC**, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gFU0YTvCH3c>>. Acesso em: 14 abr. 2021

NOVO, B. N. **Leis de diretrizes e bases da educação comentários - Jusbrasil**, 2019. Disponível em: <<https://benignonovonovo.jusbrasil.com.br/artigos/663133826/leis-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-comentarios>>. Acesso em: 7 abr. 2021

Para implementar. Movimento Pela Base, [s.d.]. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/para-implementar/>>. Acesso em: 7 abr. 2021

PAULA SALAS, R. T. **Entenda os 6 direitos de aprendizagem propostos pela BNCC da Educação Infantil**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/bncc/conteudo/56/com-a-bncc-as-criancas-passam-a-ter-6-direitos-de-aprendizagem?gclid=Cj0KCQiAyoeCBhCTARIsAOfpKxgMvnZ_KGI3PGJ4-T0xfHs8CFfLMji6L6KwjiHZVCgARqNwjtAO5UoaAtZvEALw_wcB>. Acesso em: 7 mar. 2021.

PIBID - Apresentação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pibid>>. Acesso em: 8 abr. 2021.

Por que a doença causada pelo novo coronavírus recebeu o nome de Covid-19? Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-recebeu-o-nome-de-covid-19>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

PORTAL MEC. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171>. Acesso em: 13 mar. 2021.

Portal. periódicos. CAPES. Disponível em: <<https://www-periodicos-capes-gov-br.ez46.periodicos.capes.gov.br/index.php?>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

PROF. RAPHAEL BORGES. **LDB, História e leis no Brasil - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394/96**, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uDtXkzzIzO8&list=PLEv338IGXiCYvR2PydTVA65mBgOg-KfXS>>. Acesso em: 11 abr. 2021

RAMOS, P.; RAMOS, M. M.; BUSNELLO, S. J. **Manual Prático de Metodologia da Pesquisa**. [s.l: s.n.].

ROLDÃO, M. DO C. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 94–103, 2007.

ROMANOWSKI, J. P.; MEDEIROS, L. **EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES E EDUCADORES: RELATO DE EXPERIÊNCIA**. p. 8, 2013.

Saeb. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/saeb>>. Acesso em: 8 abr. 2021.

Saiba como o ECA mudou o cenário da infância no país. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/saiba-como-o-eca-mudou-o-cenario-da-infancia-no-pais>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

Saiba o que foi e como funcionou o Plano de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SANT'ANNA, M. M. M.; MANZINI, E. J. **IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES INICIAIS PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO**

INFANTIL PARA O PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Revista Educação Especial em Debate**, n. 05, p. 29–45, 30 jun. 2018.

SANTOS SENA, A. DOS. **Formação continuada e o processo de desenvolvimento profissional de professores - Brasil Escola**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/formacao-continuada-processo-desenvolvimento-profissional.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

SCHUHMACHER, V. R. N. et al. A PERCEPÇÃO DO PROFESSOR SOBRE SUAS COMPETÊNCIAS EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **RENOTE**, v. 14, n. 1, 26 jul. 2016.

SCHUHMACHER, V. R. N.; ALVES FILHO, J. DE P.; SCHUHMACHER, E. As barreiras da prática docente no uso das tecnologias de informação e comunicação TT - Barriers of educational practice in the use of information and communications technology. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, n. 3, p. 563–576, 2017.

SELWYN, N. Educação e Tecnologia: questões críticas. **SocArXiv**, 2017.

SILVA, J. M. N. DA; NUNES, V. G. C. Formação continuada docente: uma análise a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução CNE-CP 2/2015). **Journal of Chemical Information and Modeling**, v. 53, n. 9, p. 1689–1699, 2019.

SOUSA, A. I. P. DE. Tecnologias digitais e ensino: o ensino de informática auxiliando no processo de ensino/aprendizagem. **EaD & Tecnologias Digitais na Educação**, v. 5, n. 7, p. 103–109, 15 dez. 2017.

Webinário sobre Educação durante a pandemia do novo coronavírus - YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_fXIeFT1k4Y&feature=emb_title&ab_channel=TodosPelaEducação>. Acesso em: 14 dez. 2020

APÊNDICE A – Termo de consentimento livre e esclarecido

Iédi Schefer Hahn, responsável pela pesquisa “DESAFIOS QUE OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ENCONTRAM PARA REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA *ONLINE*”, está fazendo um convite para você participar como voluntário deste estudo.

Esta pesquisa pretende identificar as dificuldades encontradas pelos professores da educação infantil para realizarem uma formação continuada *online*, descobrir os sentimentos destes educadores em relação à nova BNCC, à tecnologia e a pandemia COVID-19. Acredito que ela seja importante porque poderá propiciar melhorias no exercício da docência. Para sua realização será feita uma pesquisa que se dará por meio de um questionário eletrônico a ser respondido com duração aproximadamente de 5 minutos, sua participação é voluntária.

É possível que aconteça o seguinte desconforto ou risco, como a falta de conectividade para acessar o formulário, é indicado uma nova tentativa ou aguardar até que a conexão se restabeleça. Os benefícios esperados com o estudo são a reflexão, o incentivo e análise das competências destes educadores.

É importante esclarecer que, caso você decida pode desistir ou interromper a colaboração nesta pesquisa a qualquer momento, inclusive no decorrer do questionário, sem necessidade de qualquer explicação.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com algum dos pesquisadores.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação

No caso de dúvidas, segue os e-mails, telefones e o endereço institucional das pesquisadoras:

Orientada: Iédi Schefer Hahn

E-mail: iedi.schefer@hotmail.com | Telefone: (48) 9.9987-1179

Orientadora: Profa. Dra. Patricia Jantsch Fiuza

E-mail: pjfiuza@yahoo.com.br | Telefone: (48) 9.9965-2115

UFSC - Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde. Campus Araranguá
Unidade Jardim das Avenidas - Rua Gov. Jorge Lacerda, 3201 - Urussanguinha,
Araranguá – SC, CEP 88906-072. Telefone: (48) 3721-6255.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO:

“Declaro que concordei em participar na qualidade de participante do projeto de pesquisa intitulado *Desafios Que Os Professores Da Educação Infantil Encontram Para Realização Da Formação Continuada Online*, após estar devidamente informados sobre os objetivos, as finalidades do estudo e os termos de minha participação.

“As informações fornecidas aos pesquisadores serão utilizadas na exata medida dos objetivos e finalidades do projeto de pesquisa, sendo que minha identificação será mantida em sigilo e sobre a responsabilidade dos proponentes do projeto. ”

“Não receberei nenhuma remuneração e não terei qualquer ônus financeiro (despesas) em função do meu consentimento espontâneo em participar do presente projeto de pesquisa.

“Independentemente deste consentimento, fica assegurado meu direito a retirar-me da pesquisa em qualquer momento e por qualquer motivo, sendo que para isso comunicarei minha decisão a um dos proponentes do projeto acima citados. ”

*Obrigatório

Você está de acordo com o termo acima? *

Sim. *Pular para a pergunta 2*

Não. *Pular para a seção 2 (Infelizmente, não podemos dar continuidade ao processo sem a sua autorização.)*

APÊNDICE B – Questionário

Desafios que os professores da Educação Infantil encontram para a realização da formação continuada *online*

A pesquisa **Desafios que os professores da educação infantil encontram para a realização da formação continuada *online*** tem como foco os educadores do ensino infantil da AFASC - Associação Feminina de Assistência Social de Criciúma. Este questionário busca identificar quais os maiores desafios enfrentados pelos educadores na formação continuada *online*. Sendo assim, contamos com a sua participação, sendo você um profissional da educação para responder este questionário. Em seguida encontra-se o TCLE onde consta todas as informações da pesquisa, bem como orientações de segurança.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Iédi Schefer Hahn, responsável pela pesquisa “DESAFIOS QUE OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ENCONTRAM PARA REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA *ONLINE*”, está fazendo um convite para você participar como voluntário deste estudo.

Esta pesquisa pretende identificar as dificuldades encontradas pelos professores da educação infantil para realizarem uma formação continuada *online*, descobrir os sentimentos destes educadores em relação à nova BNCC, à tecnologia e a pandemia COVID-19. Acredito que ela seja importante porque poderá propiciar melhorias no exercício da docência. Para sua realização será feito uma pesquisa que se dará por meio de um questionário eletrônico a ser respondido com duração aproximadamente de **5 minutos**, sua participação é voluntária.

É possível que aconteça o seguinte desconforto ou risco, como a falta de conectividade para acessar o formulário, é indicado uma nova tentativa ou aguardar até que a conexão se restabeleça. Os benefícios esperados com o estudo são a reflexão, o incentivo e análise das competências destes educadores.

É importante esclarecer que, caso você decida pode desistir ou interromper a colaboração nesta pesquisa qualquer momento, inclusive no decorrer do questionário, sem necessidade de qualquer explicação.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com algum dos pesquisadores.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação

No caso de dúvidas, seguem e-mails, telefones e endereço institucional das pesquisadoras:

Orientada: Iédi Schefer Hahn

E-mail: iedi.schefer@hotmail.com | Telefone: (48) 9.9987-1179

Orientadora: Profa. Dra. Patricia Jantsch Fiuza

E-mail: pjfiuza@yahoo.com.br | Telefone: (48) 9.9965-2115

UFSC - Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde. Campus Araranguá
Unidade Jardim das Avenidas - Rua Gov. Jorge Lacerda, 3201 - Urussanguinha, Araranguá –
SC, Araranguá – SC, CEP 88906-072. Telefone: (48) 3721-6255.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO:

“Declaro que concordo em participar na qualidade de participante do projeto de pesquisa intitulado **DESAFIOS QUE OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ENCONTRAM PARA REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA ONLINE**, após estar devidamente informados sobre os objetivos, as finalidades do estudo e os termos de minha participação.

As informações fornecidas aos pesquisadores serão utilizadas na exata medida dos objetivos e finalidades do projeto de pesquisa, sendo que minha identificação será mantida em sigilo e sobre a responsabilidade dos proponentes do projeto.

Não receberei nenhuma remuneração e não terei qualquer ônus financeiro (despesas) em função do meu consentimento espontâneo em participar do presente projeto de pesquisa.

Independentemente deste consentimento, fica assegurado meu direito a retirar-me da pesquisa em qualquer momento e por qualquer motivo, sendo que para isso comunicarei minha decisão a um dos proponentes do projeto acima citados. ”

Você está de acordo com o termo acima?

Sim

Não

1)Gênero:

Feminino

Masculino

Prefiro não responder

Outro

2)Nome (opcional)

3)Idade (em anos):

4)Quanto tempo leciona (em anos e meses)?

5)Possui formação em magistério (nível médio)?

Sim

Não

6)Possui formação em pedagogia?

Sim

Não

<input type="checkbox"/> Outro <input type="text"/>
7) Sua formação foi <input type="checkbox"/> <i>Online</i> <input type="checkbox"/> Presencial <input type="checkbox"/> EAD
8) Já fez algum curso de forma <i>online</i>? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Outro <input type="text"/>
9) Se fez, como foi a sua experiência? <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Ruim <input type="checkbox"/> Prefiro não responder <input type="checkbox"/> Outro <input type="text"/>
10) Você conhece a nova BNCC? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim, mas tenho dúvidas.
11) Já fez algum curso sobre BNCC? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não, mas gostaria.
12) Você sabe o que diz a BNCC sobre a educação infantil? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Um pouco
13) Você conhece os direitos de aprendizagem propostos pela BNCC? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Um pouco
14) Educador, para qual faixa etária você leciona? <input type="checkbox"/> Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) <input type="checkbox"/> Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) <input type="checkbox"/> Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses) <input type="checkbox"/> Outro <input type="text"/>

15) Na sua escola você já aplica as novas práticas da BNCC?

- Sim
- Não
- Sim, mas tenho dúvidas.
- Prefiro não responder

15) Você tem disponibilidade para realizar uma formação continuada *online*?

- Sim
- Não
- Sim, mas preciso de ajuda.
- Prefiro não responder

16) Você conhece as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil do Município de Criciúma?

- Sim
- Não
- Sim, mas gostaria de saber mais.
- Prefiro não responder

17) Em relação a utilização de tecnologia em sala de aula, qual palavra melhor expressa o seu sentimento?

- Desafio
- Aprendizado
- Inovação
- Dificuldade
- Insegurança
- Novidade
- Preocupação
- Superação
- Ansiedade
- Adaptação
- Frustração
- Bom
- Desigualdade
- Incerteza
- Angústia
- Desespero
- Comprometimento

18) A utilização de tecnologias como computadores, tablets em sala de aula me deixa:

- Seguro (a)
- Inseguro (a)
- Muito seguro (a)
- Muito inseguro (a)
- Nem inseguro (a), nem seguro (a)

<input type="checkbox"/> Prefiro não responder
19) Me sinto capacitado (a) a lecionar com o auxílio de tecnologias (computadores, tablets)? <input type="checkbox"/> Muito <input type="checkbox"/> Não me sinto capaz <input type="checkbox"/> Nada ou pouco capaz <input type="checkbox"/> Não sei dizer <input type="checkbox"/> Prefiro não responder
20) Professor, você possui algum apoio, ajuda ou auxílio para poder trabalhar com a tecnologia em sala de aula? <input type="checkbox"/> Sim, totalmente <input type="checkbox"/> Nada ou pouco apoio <input type="checkbox"/> Não, mas gostaria <input type="checkbox"/> Prefiro não responder
21) Seu sentimento em relação ao atual momento em que estamos vivemos (PANDEMIA COVID-19)? <input type="checkbox"/> Medo <input type="checkbox"/> Tristeza <input type="checkbox"/> Angústia <input type="checkbox"/> Insegurança <input type="checkbox"/> Ansiedade <input type="checkbox"/> Incerteza <input type="checkbox"/> Esperança <input type="checkbox"/> Solidariedade <input type="checkbox"/> Desespero <input type="checkbox"/> Apreensão <input type="checkbox"/> Pânico <input type="checkbox"/> Isolamento <input type="checkbox"/> Desafio <input type="checkbox"/> Superação <input type="checkbox"/> Fé <input type="checkbox"/> Receio <input type="checkbox"/> Reflexão
22) Como você se sente em relação a volta das aulas presenciais? <input type="checkbox"/> Confortável <input type="checkbox"/> Seguro <input type="checkbox"/> Inseguro <input type="checkbox"/> Protegido <input type="checkbox"/> Desprotegido <input type="checkbox"/> Prefiro não responder <input type="checkbox"/> Outro <input type="text"/>

Muito obrigada por sua atenção. Está pesquisa será publicada em forma de artigo. Caso queira receber uma cópia da publicação, deixe seu e-mail neste espaço.

E, caso queira receber alguma notificação para possíveis informativos sobre cursos, deixe seu e-mail neste espaço